

Jovens e Adultos

DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO EDUCACIONAL DE

Brasília/março/2000

Ministério da Educação (MEC)
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep)

**DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO EDUCACIONAL
DE JOVENS E ADULTOS**

Brasília-DF
2000

REVISÃO

Jair Santana Moraes
José Adelmo Guimarães
Marluce Moreira Salgado

NORMALIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

Regina Helena Azevedo de Mello

ARTE-FINAL

Márcia Terezinha dos Reis

CAPA

Fernando Secchin

TIRAGEM: 2.500 exemplares

ENDEREÇO

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep)
MEC – Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Anexos I e II, 4º Andar
70047-900 – Brasília-DF
Fones: (61) 224-7092, (61) 224-1573
Fax: (61) 224-4167
<http://www.inep.gov.br>
E-mail: editoria@inep.gov.br

PUBLICADO EM MARÇO DE 2000

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

Diagnóstico da situação educacional de jovens e adultos / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. – Brasília : O Instituto, 2000.

60p. : il. tab.

1. Educação de jovens e adultos. 2. Ensino fundamental. I. Título.

CDU 374.7

Sumário

Apresentação	5
Introdução.....	7
Analfabetismo no Brasil.....	9
Analfabetismo por faixas etárias	10
Desigualdades regionais.....	13
Analfabetismo entre jovens e jovens adultos: diferenças inter e intra-regionais	15
Região Norte	16
Região Nordeste	17
Região Sudeste.....	18
Região Sul.....	19
Região Centro-Oeste	19
Escolaridade da população.....	21
Jovens de 15 a 19 anos	22
Jovens de 20 a 24 anos	26
Educação de jovens e adultos.....	31
Cursos presenciais de alfabetização com avaliação no processo.....	37
Cursos presenciais de ensino fundamental com avaliação no processo.....	40
Considerações finais.....	43
Anexo	45

Apresentação

O presente documento foi elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) atendendo a uma solicitação da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CEB/CNE). Seu objetivo é sistematizar e analisar as informações disponíveis sobre a incidência do analfabetismo e o perfil de escolaridade da população com 15 anos ou mais, oferecendo subsídios para a definição das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

Ao responder prontamente a esta demanda da CEB/CNE, o Inep cumpre uma das suas finalidades essenciais, que é subsidiar a formulação de políticas na área de educação, mediante a elaboração de diagnósticos e recomendações apoiados nas estatísticas e avaliações educacionais. Este relatório atende, portanto, ao propósito específico de organizar informações que já são de domínio público, obtidas a partir dos censos populacionais e das pesquisas por amostragem de domicílio, do IBGE, e dos censos educacionais realizados pelo próprio Inep.

O diagnóstico apresentado também já é bastante conhecido e revela, basicamente, que o vigoroso esforço de universalização do acesso ao ensino fundamental, empreendido nas últimas décadas, derrubou as taxas de analfabetismo nas faixas etárias mais jovens. Entretanto, este fenômeno não se desenvolveu de forma homogênea em todo o País, prevalecendo ainda acentuados contrastes regionais. Há uma tendência recente, no entanto, desencadeada pelas políticas adotadas na década de 90, de rápida correção destas desigualdades.

Ainda assim, o fenômeno do analfabetismo tem hoje feições bastante matizadas, com forte concentração regional (Norte e Nordeste), espacial (zona rural e periferia dos grandes centros urbanos) e geracional (população com mais de 30 anos). Estas características requerem uma nova abordagem dos programas de alfabetização e das políticas de educação de jovens e adultos – que devem incorporar a concepção ampliada consagrada pela Declaração de Hamburgo (1997).

A despeito dos inegáveis avanços alcançados na década de 90, o Brasil ainda enfrenta uma situação bastante crítica nesta área. Criar oportunidades educacionais para jovens e adultos que não completaram a escolarização básica na idade própria e oferecer alternativas de educação continuada são desafios que somente poderão ser vencidos somando-se os esforços das três instâncias de governo e mobilizando-se

todos os segmentos da sociedade civil, como vem fazendo o MEC/SEF em parceria com o Programa Alfabetização Solidária.

O processo de consulta conduzido pela CEB/CNE para a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, por meio da realização de audiências públicas, contribui para que as diferentes instâncias do Poder Público e as organizações não-governamentais fortaleçam as parcerias necessárias para a erradicação do analfabetismo e a garantia de educação para todos. Os dados apresentados e analisados neste documento dão uma idéia clara da magnitude deste desafio.

Maria Helena Guimarães de Castro
Presidente do INEP

Introdução

A V Conferência Internacional de Educação de Adultos promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), em Hamburgo, 1997, utiliza uma concepção ampliada de formação de pessoas adultas que compreende a variada gama de processos formais e informais de aprendizagem e educação continuada passível de ser adquirida ao longo da vida. Tal concepção, presente também na Conferência Mundial de Educação para Todos (Jomtien, 1990), faz com que as práticas de avaliação da situação educacional compreendam não só os programas de educação escolar de jovens e adultos, mas todas as atividades socioculturais, de formação para a cidadania, qualificação e atualização para o trabalho e geração de renda, promovidos por órgãos governamentais e não-governamentais.

Uma avaliação desta natureza, ainda que importante para a implementação de políticas de ampliação dos serviços de educação básica e de capacitação de pessoas jovens e adultas em competências essenciais à vida cotidiana, ao trabalho e à participação cidadã, mostra-se, no entanto, inviável basicamente por dois motivos. Em primeiro lugar, pela dificuldade de captar e consolidar os dados referentes às ações realizadas pelas diversas agências promotoras destas atividades, como é o caso das Organizações Não-Governamentais (ONGs) e também dos programas de qualificação profissional; em segundo, e talvez o mais complexo, refere-se à categorização e conceituação a ser utilizada para a classificação dos diferentes cursos oferecidos. Para resolver estes problemas e preencher as lacunas existentes sobre os aspectos relativos à formação de jovens e adultos, é necessária uma articulação maior entre promotores de cursos e produtores de dados.

No entanto, a análise das informações disponíveis e mensuráveis fornecidas pelos *Censos Populacionais* do IBGE e pelos *Censos Escolares* do Ministério da Educação (MEC) permite que se realize um diagnóstico ainda que incompleto sobre aspectos relativos às condições de instrução da população jovem e adulta.

Nesse sentido, o presente documento analisa, na primeira parte, os dados referentes à condição de alfabetização da população com 15 anos ou mais de idade com ênfase nas diferenças regionais e intra-regionais. A condição de frequência à escola e os aspectos relativos ao nível de instrução obtida serão analisados na segunda parte, estando a última parte reservada para a análise da oferta de cursos supletivos com avaliação no processo.

Analfabetismo no Brasil

A eliminação do analfabetismo é, sem sombra de dúvida, a base para a garantia de condições mínimas de equidade e de acesso à cidadania plena. A despeito da sensível redução observada nas últimas décadas, o Brasil ainda apresenta uma elevada taxa de analfabetismo que representa, em termos absolutos, um expressivo contingente de mais de 15 milhões de pessoas.

Os dados sobre condição de alfabetização, bem como as demais características relativas à instrução da população, são levantados pelo *Censo Demográfico* do IBGE em todo o território nacional, sendo o último recenseamento realizado no ano de 1991.

Nos períodos intercensitários, a *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios* (Pnad) é uma das poucas fontes de informação demográfica e social atualizada. A última aplicação foi realizada em 1998. No entanto, além de ser amostral, não coleta informações nas áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá, subestimando assim indicadores como a taxa de analfabetismo. Por esta razão, optou-se por trabalhar com os dados da *Contagem Populacional*, recenseamento realizado em 1996. O fato de ser amostral inviabiliza, também, a desagregação de determinados dados por unidade da Federação, diante da possibilidade de incorrer em erros amostrais elevados.

Deve-se ressaltar, no entanto, que a *Contagem Populacional* não apresenta em seu questionário o quesito relativo à condição de alfabetização da população. Tanto no *Censo Demográfico*, quanto na Pnad, existe uma questão específica, onde o informante responde se sabe ler ou escrever um bilhete, a partir da qual é estimada a taxa de analfabetismo. No caso da *Contagem Populacional*, apenas é possível utilizar um conceito aproximado, conjugando-se a situação de nunca ter freqüentado a escola ou não ter concluído nenhuma série. Neste caso, estar-se-ia superestimando o número de analfabetos, dado que muitos podem saber ler e escrever sem, no entanto, ter passado pelo processo de escolarização. No entanto, os valores obtidos são muito próximos e diante da importância do dimensionamento deste fenômeno nas áreas rurais de todo o País, optou-se por trabalhar com os dados da *Contagem*, mesmo sabendo que os conceitos não são exatamente os mesmos. A denominação “analfabetos”, bem como as taxas de analfabetismo descritas ao longo do texto, para o ano de 1996, referem-se, portanto, a esta situação de pessoas sem instrução ou com menos de um ano de estudo.

Assim, o percentual da população com 15 anos e mais de idade sem instrução ou com menos de um ano de estudo, correspondia a 14,1%, ou conforme foi citado anteriormente a mais de 15 milhões de pessoas. O impacto destes números só é

minimizado quando analisados dentro de uma perspectiva da sua evolução nas últimas três décadas.

De fato, a taxa de analfabetismo declinou de 39,5%, em 1960, para 20,1%, em 1991, seguindo um ritmo relativamente lento, o que indica que programas de alfabetização, como o antigo Mobral, tiveram pouca eficácia e, por essa razão, produziram resultados bastante modestos. No entanto, na década de 90, o analfabetismo vem recuando com uma velocidade bem maior. Só para se ter uma idéia, o decréscimo verificado entre 1991 e 1996 foi de 26%, superior ao verificado entre 1980 e 1991, que correspondeu a 21%. Outra tendência positiva observada no período mais recente é o decréscimo do número absoluto de pessoas analfabetas no grupo etário maior de 15 anos, fato inédito no País (Tabela 1).

**Tabela 1 – Pessoas analfabetas na população de 15 anos de idade ou mais
Números absolutos e distribuição percentual
Brasil – 1920-1996**

Ano	Contingente (em milhões)	%
1920	11,4	64,9
1940	13,3	56,0
1950	15,3	50,5
1960	15,9	39,6
1970	18,1	33,6
1980	18,6	25,4
1991	19,2	20,1
1996 (1)	15,1	14,1

Fontes: IBGE. *Censo Demográfico* 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e *Contagem Populacional* 1996.

(1) 1996: percentual da população sem instrução ou com menos de um ano de estudo.

Uma política de redução mais rápida do analfabetismo exige que se considere que o fenômeno do analfabetismo não atinge de forma uniforme o conjunto da população. Resultados positivos dependem de uma política diferenciada, que focalize situações e dificuldades específicas.

Analfabetismo por faixas etárias

Observa-se uma diferenciação quanto às faixas etárias em que o analfabetismo incide com maior intensidade. Por estar associado à falta de acesso ao ensino fundamental, o analfabetismo concentra-se, atualmente, entre a população com mais de 40 anos, exatamente aquela que não foi beneficiada pela expansão do sistema de ensino. Isso indica que a implementação de políticas mais incisivas de universalização do acesso ao ensino fundamental promoveu de fato um declínio mais acelerado do analfabetismo nas faixas etárias mais jovens. A Tabela 2 mostra a variação do analfabetismo por faixa etária.

Tabela 2 – Taxa de analfabetismo na faixa etária de 15 anos ou mais por grupos de idade Brasil – 1970-1996

Ano	Taxa de analfabetismo por faixa etária (%)						
	15 anos ou mais	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 ou mais anos
1970	33,6	24,3	26,5	29,9	32,9	38,5	48,4
1980	25,4	16,5	15,6	18,0	24,0	30,8	43,9
1991	20,1	12,1	12,2	12,7	15,3	23,8	38,3
1996 (1)	14,1	5,4	5,8	7,0	9,1	15,5	33,8
Taxa de Crescimento 1991-1996	-29,6	-55,7	-52,8	-44,7	-40,5	-35,0	-11,7

Fontes: IBGE. *Censo Demográfico* 1970, 1980, 1991 e *Contagem Populacional* 1996.

(1) 1996: percentual da população sem instrução ou com menos de um ano de estudo.

A redução das taxas de analfabetismo, conforme se pode verificar na tabela acima, atinge todas os grupos etários; no entanto, a intensidade diminui consoante aumenta a idade da população.

De fato, nas faixas etárias inferiores, a velocidade da redução das taxas foi bem maior. Entre 1991 e 1996, o decréscimo entre o grupo de 15 a 19 anos foi de 55,7%, reduzindo a taxa do patamar de 12,1% para 5,4%. Entre o grupo de 20 a 24 também se observa uma tendência de acelerada retração. Isto evidencia que o analfabetismo é um fenômeno marcadamente geracional.

Os grupos com idade superior a 40 anos, em contraste, apresentam ainda taxas bem elevadas. Na zona rural, principal bolsão do analfabetismo, a reversão deste quadro vai exigir esforços suplementares, dado que entre a população nas faixas etárias superiores a taxa de analfabetismo atinge mais de um terço do total de pessoas com 40 a 49 anos e mais da metade, entre aqueles com 50 anos e mais (Tabela 3).

A dispersão da população rural representa, portanto, um desafio à adoção de políticas públicas mais efetivas para erradicar o analfabetismo mesmo entre os grupos mais jovens.

Nas áreas urbanas, observam-se níveis menos expressivos. Só para se ter uma idéia, a taxa de analfabetismo, em 1996, entre as pessoas nas faixas etárias dos 15 aos 49 anos da zona rural, são cerca de quatro vezes menores que a daquelas residentes nas áreas urbanas (Tabela 4).

Tabela 3 – Percentual da população de 15 anos ou mais, sem instrução ou com menos de um ano de estudo, por localização e grupos etários, segundo as unidades da Federação – 1996

Unidade da Federação	Rural						
	15 anos ou mais	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 anos ou mais
Brasil	28,9	12,9	14,8	18,1	23,1	35,4	56,2
Norte	26,0	13,9	15,0	18,1	23,3	34,2	52,9
Rondônia	21,1	4,9	6,5	9,9	16,9	32,8	56,6
Acre	44,9	30,4	35,3	39,9	45,8	55,7	68,0
Amazonas	39,1	25,9	28,5	33,5	39,7	48,6	62,0
Roraima	31,9	15,2	18,6	21,6	29,0	43,6	64,7
Pará	22,1	11,9	12,4	14,7	19,4	29,1	47,3
Amapá	30,2	13,7	13,9	20,7	30,4	42,8	63,5
Tocantins	29,7	10,2	12,7	17,8	24,7	38,3	61,1
Nordeste	41,9	19,5	23,3	29,7	38,3	53,5	72,6
Maranhão	40,4	21,7	24,3	29,7	37,2	50,9	70,1
Piauí	45,5	21,8	25,4	32,1	42,1	60,0	77,4
Ceará	44,1	19,5	24,9	31,7	40,9	56,1	72,2
R. G. do Norte	34,6	13,0	16,3	21,1	29,8	45,2	65,2
Paraíba	44,0	22,7	26,7	33,0	40,0	51,3	70,7
Pernambuco	39,3	16,1	20,4	27,3	35,8	49,3	70,6
Alagoas	45,8	26,4	30,1	36,9	44,3	58,1	75,9
Sergipe	40,0	18,5	21,6	28,1	37,2	54,0	70,8
Bahia	41,9	18,1	22,0	28,7	37,8	54,5	74,9
Sudeste	20,0	5,1	6,8	8,9	12,4	24,1	48,2
Minas Gerais	23,5	6,3	8,3	10,9	15,4	29,1	52,6
Espírito Santo	20,8	4,8	6,6	9,4	13,5	27,0	51,2
Rio de Janeiro	20,7	5,8	8,2	10,6	13,9	24,8	46,5
São Paulo	14,2	3,2	4,2	5,6	7,8	16,3	40,0
Sul	11,8	2,6	3,4	4,3	6,1	12,7	28,9
Paraná	16,4	3,3	4,5	6,3	10,0	20,5	40,9
Santa Catarina	7,9	2,2	2,4	2,8	3,7	7,7	21,8
R. G. do Sul	10,1	2,1	2,7	3,2	4,1	9,1	23,8
Centro-Oeste	20,9	6,2	8,0	10,7	15,8	27,7	49,7
M. G. do Sul	23,1	8,4	10,6	13,4	18,0	29,1	52,7
Mato Grosso	21,1	6,5	8,2	11,5	17,3	29,5	50,5
Goiás	21,2	5,4	7,1	9,6	14,5	27,3	49,4
Distrito Federal	12,4	3,6	5,6	7,3	10,5	18,5	36,5

Fonte: Cálculo efetuado pelo Inep/Seec a partir da *Contagem Populacional* do IBGE, 1996.

Nota: Não inclui as pessoas sem declaração de idade.

Tabela 4 – Percentual da população de 15 anos ou mais, sem instrução ou com menos de um ano de estudo, por localização e grupos etários, segundo as unidades da Federação – 1996

Unidade da Federação	Urbano						
	15 anos ou mais	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 anos ou mais
Brasil	10,5	3,2	3,5	4,4	6,0	10,9	27,9
Norte	12,0	3,8	4,1	5,4	8,5	15,7	36,2
Rondônia	11,4	2,6	3,0	4,2	7,5	15,7	41,1
Acre	16,5	5,9	7,5	9,3	13,0	20,8	44,2
Amazonas	10,9	4,0	4,0	5,1	7,9	14,6	34,6
Roraima	10,5	3,2	3,5	5,0	7,8	15,3	37,5
Pará	11,4	3,9	4,1	5,4	8,3	14,5	31,6
Amapá	11,1	3,7	4,3	5,4	8,5	15,5	38,4
Tocantins	16,1	3,8	4,3	6,4	10,4	21,2	49,9
Nordeste	18,4	6,2	7,1	9,2	12,9	22,0	44,6
Maranhão	18,0	5,5	5,9	8,3	12,8	23,4	47,3
Piauí	20,3	6,1	6,5	8,7	13,5	26,3	52,0
Ceará	19,5	6,3	7,6	10,0	14,1	23,8	45,1
R. G. do Norte	18,2	5,4	6,7	8,5	12,0	21,0	44,6
Paraíba	22,7	9,0	10,3	12,5	15,9	24,8	48,6
Pernambuco	16,8	5,2	6,2	8,3	11,5	18,7	40,7
Alagoas	24,3	10,9	12,3	15,4	20,0	30,2	51,3
Sergipe	16,4	6,4	6,7	8,4	11,8	20,8	40,9
Bahia	16,5	5,6	6,1	7,8	11,3	20,0	42,7
Sudeste	7,8	2,0	2,1	2,7	3,8	7,3	21,8
Minas Gerais	9,6	2,3	2,5	3,0	4,6	9,7	27,7
Espírito Santo	10,0	2,2	2,5	3,5	5,0	10,7	31,0
Rio de Janeiro	6,4	1,9	2,0	2,5	3,3	5,9	15,8
São Paulo	7,5	1,9	2,0	2,6	3,5	6,8	21,6
Sul	7,1	1,7	1,8	2,3	3,2	6,7	20,8
Paraná	9,7	1,8	2,1	2,9	4,7	10,2	29,1
Santa Catarina	4,8	1,5	1,4	1,7	2,1	4,2	15,1
R. G. do Sul	5,9	1,6	1,7	1,9	2,4	5,0	16,3
Centro-Oeste	10,2	2,3	2,7	3,8	5,9	12,0	33,0
M. G. do Sul	11,6	2,5	3,1	4,4	6,5	12,6	34,7
Mato Grosso	11,0	2,3	2,9	4,4	7,0	14,2	36,4
Goiás	11,2	2,4	2,8	3,8	6,0	13,1	36,2
Distrito Federal	5,8	1,7	2,1	2,7	3,8	7,1	18,9

Fonte: Cálculo efetuado pelo Inep/Sec a partir da *Contagem Populacional* do IBGE, 1996.

Nota: Não inclui as pessoas sem declaração de idade.

Desigualdades regionais

O perfil do analfabetismo mantém um forte viés regional, que reflete e reproduz as desigualdades socioeconômicas e inter-regionais existentes em nosso País. A tendência do declínio do analfabetismo embora se observe em todas as regiões, não apresenta a mesma intensidade.

Quando a situação do Nordeste é comparada com a do Sul e do Sudeste, observa-se que houve um aumento dos desníveis observados em 1980.

Em 1980, o Nordeste apresentava uma taxa de analfabetismo de 45,4%, na população de 15 anos e mais de idade, patamar 2,8 vezes ao verificado no Sul, respectivamente 16,3%. Em 1996, a taxa de analfabetismo da Região Nordeste decresceu para 26,0%, no entanto, no Sul esta foi para 8,2%, ampliando a diferença para mais de 3 vezes.

Deve-se ressaltar que um ritmo mais acelerado na redução da taxa foi registrado pela Região Centro-Oeste que, entre 1980 e 1996, registrou decréscimo de 53,2%, tornando sua taxa equivalente a 11,8%, em 1996.

**Tabela 5 – Taxa de analfabetismo na faixa etária de 15 anos ou mais
Brasil e regiões – 1970-1996**

Regiões	Taxa de analfabetismo (%)				
	1970	1980	1991	1996 ⁽¹⁾	Crescimento 1980/1996
Brasil	33,6	25,4	20,1	14,1	-44,3
Norte	36,0	29,2	24,6	17,0	-4,18
Nordeste	54,2	45,4	37,6	26,0	-42,7
Sudeste	23,6	16,8	12,3	9,0	-46,4
Sul	24,7	16,3	11,8	8,2	-49,5
Centro-Oeste	35,5	25,2	16,7	11,8	-53,2

Fontes: IBGE. *Censo Demográfico* 1970, 1980, 1991 e *Contagem Populacional* 1996.

(1) 1996: percentual da população sem instrução ou com menos de um ano de estudo.

Estes indicadores apontam para a profunda desigualdade regional na oferta de oportunidades educacionais e a concentração da população nos bolsões de pobreza do País. Em 1996, dos 15,1 milhões de analfabetos, quase a metade estava na Região Nordeste, sendo que as áreas rurais desta região contabilizavam sozinhas mais de 3,5 milhões de pessoas sem instrução ou com menos de um ano de estudo. Ressalte-se que dos 4,3 milhões de analfabetos do Sudeste, cerca de 3,3 milhões estavam, ao contrário da Região Nordeste e Norte, localizados nas áreas urbanas, provavelmente nas periferias das grandes cidades.

Analfabetismo entre jovens e jovens adultos: diferenças inter e intra-regionais

Além das bem conhecidas diferenças inter-regionais nas taxas de analfabetismo registradas no País, no interior da cada região observam-se também importantes variações de Estado para Estado que devem ser aqui consideradas. A existência de expressivas diferenças inter-regionais e intra-regionais, a serem abordadas a seguir, tem importantes implicações para as políticas públicas a serem elaboradas e implantadas, tendo em vista o melhor dimensionamento do problema a ser enfrentado.

Os esforços para superar as disparidades regionais, restabelecendo assim situações de maior equidade, requerem a adoção de políticas públicas específicas. As Regiões Sul e Sudeste promoveram ainda, na década de 80, políticas de universalização do acesso, cujos reflexos puderam ser observados na expressiva redução de suas taxas de analfabetismo; todavia, o mesmo não ocorreu nas Regiões Norte e Nordeste, onde as ações mais efetivas para a universalização do acesso são mais recentes.

Pode-se observar na tabela a seguir que os indicadores se mostraram mais positivos para as faixas etárias inferiores em todas as regiões. No entanto, é necessário concentrar esforços na erradicação do analfabetismo entre a parcela de 15 a 24 anos. Claramente, trata-se de uma diretriz de política pública inadiável, com o sentido de promover a inclusão social de segmentos que se encontram praticamente impedidos de participar autonomamente da vida democrática e do mercado de trabalho.

Tabela 6 – Taxa de analfabetismo na faixa etária de 15 anos ou mais por grupos de idade Brasil e regiões – 1991-1996

Regiões	Taxa de analfabetismo por faixa etária (%)													
	15 anos ou mais		15 a 19 anos		20 a 24 anos		25 a 29 anos		30 a 39 anos		40 a 49 anos		50 anos ou mais	
	1991	1996	1991	1996	1991	1996	1991	1996	1991	1996	1991	1996	1991	1996
Brasil	20,1	14,1	12,1	5,4	12,2	5,8	12,7	7,0	15,3	9,1	23,8	15,5	38,3	33,8
Norte	24,6	16,9	15,0	7,4	16	7,9	17,7	9,9	22,5	13,7	32,4	22,5	47,6	42,3
Nordeste	37,6	26,0	25,6	10,8	26,5	12,3	28,2	15,5	33,2	20,5	45,2	32,0	60,4	54,5
Sudeste	12,3	9,0	4,6	2,4	5,5	2,6	6,2	3,3	8,3	4,6	14,6	8,9	27,6	24,4
Sul	11,8	8,2	3,7	1,9	4,6	2,1	5,4	2,7	7,9	3,8	14,4	8,0	28,0	22,8
Centro-Oeste	16,7	11,8	6,5	2,8	8,0	3,5	9,6	4,8	13,2	7,3	22,8	14,3	40,9	35,8
Taxa de crescimento 1991/1996														
Brasil	-29,6	-55,7	-52,8	-44,7	-40,5	-35,0	-11,7							
Norte	-31,3	-50,5	-50,4	-43,9	-39,2	-30,7	-11,1							
Nordeste	-30,8	-57,8	-53,7	-45,1	-38,4	-29,1	-9,8							
Sudeste	-26,8	-48,6	-52,4	-46,2	-44,9	-39,4	-11,5							
Sul	-30,7	-49,5	-53,5	-50,2	-52,0	-44,3	-18,6							
Centro-Oeste	-29,4	-56,3	-56,3	-49,7	-44,6	-37,2	-12,5							

Fontes: IBGE. *Censo Demográfico* 1991, PNAD 1996 e *Contagem Populacional* 1996.

Notas: (1) População analfabeta da Região Norte rural estimada, em 1996, pelo Seec/Inep.

(2) 1996: percentual da população sem instrução ou com menos de um ano de estudo.

O desafio de erradicar o analfabetismo, mesmo priorizando as faixas etárias mais jovens, requer a implementação de uma estratégia de política social que envolva ampla mobilização da sociedade e que corresponda às diferentes realidades subnacionais com programas diversificados voltados para populações com características específicas como o caso do Sudeste, onde o problema está concentrado nas periferias urbanas e no Norte e Nordeste, nas áreas rurais.

A seguir serão destacadas informações referentes à condição de alfabetização das populações de 15 a 19 anos e 20 a 24 anos para as diferentes regiões do País, procurando identificar áreas onde o esforço concentrado deve ser realizado, bem como indicando situações em que o decréscimo das taxas foi mais expressivo de modo a suscitar uma investigação mais profunda que permita o conhecimento e a disseminação de ações mais efetivas no combate ao analfabetismo.

Região Norte

Apesar de registrar taxas de analfabetismo, para as faixas etárias de 15 a 19 anos e de 20 a 24 anos, mais altas que as médias nacionais, a Região Norte conheceu entre 1991 e 1996 uma redução próxima às registradas para o conjunto do País.

Com exceção do Estado de Tocantins, todos os demais registraram decréscimo das taxas em ritmo menos intenso que o verificado para a média nacional nestas faixas etárias.

Observa-se ainda que entre todos os Estados da Região Norte, o Acre é o único que, no período, não conseguiu reduzir suas taxas de analfabetismo do patamar de dois para um dígito (14,1% na faixa etária entre 15 e 19 anos, e 16,6% na faixa entre 20 e 24 anos).

Em relação à faixa etária de 20 a 24 anos, os Estados de Rondônia, do Pará e de Tocantins foram aqueles que apresentaram os patamares mais baixos para a

região. Estes Estados registraram expressiva redução das taxas no período recente, respectivamente, 56,6%, 52,6% e 64,1%, entre 1991 e 1996.

Entre todas as regiões, a Região Norte é a que apresenta as mais acentuadas variações intra-regionais, o que em parte pode ser explicado por sua extensão territorial, diversidade geográfica e diferentes intensidades de desenvolvimento econômico e de fluxos migratórios.

**Tabela 7 – Taxa de analfabetismo nas faixas etárias de 15 a 19 anos e 20 a 24 anos
Região Norte**

Unidade da Federação	Taxa de analfabetismo (%)					
	15 a 19 anos			20 a 24 anos		
	1991	1996	Crescimento 1991/1996	1991	1996	Crescimento 1991/1996
Brasil	12,1	5,4	-55,7	12,2	5,8	-52,8
Norte	15,0	7,4	-50,5	16,0	7,9	-50,4
Rondônia	7,2	3,5	-51,8	9,9	4,3	-56,6
Acre	26,1	14,1	-46,1	27,9	16,6	-40,6
Amazonas	16,6	9,3	-43,8	16,4	9,5	-41,9
Roraima	9,7	6,5	-33,1	10,8	7,3	-32,6
Pará	15,5	7,4	-52,1	16,4	7,8	-52,6
Amapá	9,7	4,8	-50,5	10,8	5,3	-51,2
Tocantins	15,1	5,5	-63,8	18,2	6,5	-64,1

Fontes: IBGE. *Censo Demográfico 1991 e Contagem Populacional 1996.*

Nota: 1996: percentual da população sem instrução ou com menos de um ano de estudo.

Região Nordeste

Em 1996, entre todas as regiões, o Nordeste registrou as mais elevadas taxas de analfabetismo, seja entre os jovens de 15 a 19 anos, seja entre os de 20 a 24.

Entre os nove Estados da região, as taxas de analfabetismo da população com 15 a 19 anos variaram, em 1996, de 7,6%, no Rio Grande do Norte, a 16,6%, em Alagoas. No Nordeste, apenas os Estados do Rio Grande do Norte e de Pernambuco conseguiram reduzir para um dígito suas taxas de analfabetismo tanto entre os jovens de 15 a 19 anos, quanto entre aqueles com 20 a 24 anos de idade.

Deve-se ressaltar que esses dois Estados apresentaram ritmo mais intenso de decréscimo, entre 1991 e 1996, de suas taxas de analfabetos.

**Tabela 8 – Taxa de analfabetismo nas faixas etárias de 15 a 19 anos e 20 a 24 anos
Região Nordeste**

Unidade da Federação	Taxa de analfabetismo (%)					
	15 a 19 anos			20 a 24 anos		
	1991	1996	Crescimento 1991/1996	1991	1996	Crescimento 1991/1996
Brasil	12,1	5,4	-55,7	12,2	5,8	-52,8
Nordeste	25,6	10,8	-57,8	26,5	12,3	-53,7
Maranhão	26,3	12,8	-51,5	28,8	14,0	-51,3
Piauí	27,2	12,5	-53,9	27,7	13,8	-50,3
Ceará	25,3	10,3	-59,2	25,8	12,4	-52,1
R. G. do Norte	23,6	7,6	-67,9	24,5	9,3	-62,0
Paraíba	30,4	13,5	-55,7	30,3	15,1	-50,2
Pernambuco	23,1	8,1	-64,9	24,5	9,5	-61,0
Alagoas	34,5	16,6	-51,8	35,7	18,4	-48,3
Sergipe	24,5	10,0	-59,0	25,1	10,9	-56,6
Bahia	23,9	10,2	-57,4	24,6	11,6	-52,9

Fontes: IBGE. *Censo Demográfico 1991 e Contagem Populacional 1996.*

Nota: 1996: percentual da população sem instrução ou com menos de um ano de estudo.

Região Sudeste

A Região Sudeste, apesar de registrar taxas em patamares reduzidos, teve um desempenho inferior à média nacional, em termos do ritmo do decréscimo de suas taxas entre 1991 e 1996, indicando que a erradicação do analfabetismo entre os grupos mais jovens é um desafio complexo.

O Estado de São Paulo, por exemplo, apesar de em 1996 registrar as menores taxas da região, foi justamente aquele cujo decréscimo, entre 1991 e 1996, foi o menos expressivo. Situação semelhante pode ser observada no Rio de Janeiro entre a faixa etária de 15 a 19 anos. Nos demais Estados da região, as taxas diminuíram em mais da metade.

No entanto, na Região Sudeste, pode-se distinguir dois subgrupos: o primeiro, formado por São Paulo e Rio de Janeiro, que apresentam taxas cujo patamar era igual ou próximo a 2% e o segundo, por Minas Gerais e Espírito Santo, com taxas superiores às verificadas no primeiro grupo.

**Tabela 9 – Taxa de analfabetismo nas faixas etárias de 15 a 19 anos e 20 a 24 anos
Região Sudeste**

Unidade da Federação	Taxa de analfabetismo (%)					
	15 a 19 anos			20 a 24 anos		
	1991	1996	Crescimento 1991/1996	1991	1996	Crescimento 1991/1996
Brasil	12,1	5,4	-55,7	12,2	5,8	-52,8
Sudeste	4,6	2,4	-48,6	5,5	2,6	-52,4
Minas Gerais	7,4	3,2	-57,3	7,9	3,7	-53,5
Espírito Santo	6,3	2,8	-56,0	8,2	3,4	-58,1
Rio de Janeiro	4,5	2,1	-53,9	5,1	2,3	-54,6
São Paulo	3,0	2,0	-32,7	4,3	2,2	-49,6

Fontes: IBGE. *Censo Demográfico 1991, PNAD 1996 e Contagem Populacional 1996.*

Nota: 1996: percentual da população sem instrução ou com menos de um ano de estudo.

Região Sul

A região permanece registrando as menores parcelas de jovens sem instrução ou com menos de um ano de estudo desde 1991.

No período recente, o destaque pode ser dado ao Estado de Santa Catarina. De fato, se em 1991 o Rio Grande do Sul registrava as menores taxas de analfabetismo entre jovens nas faixas etárias entre 15 e 19 anos (3,3%) e entre 20 e 24 anos (3,9%), em 1996 Santa Catarina passou a registrar as melhores taxas (1,6 % e 1,7% respectivamente). Ressalte-se que a velocidade do decréscimo das taxas verificada em Santa Catarina foi bem expressiva, sendo, no caso da população de 20 a 24 anos, superior inclusive ao registrado para a média nacional.

**Tabela 10 – Taxa de analfabetismo nas faixas etárias de 15 a 19 anos e 20 a 24 anos
Região Sul**

Unidade da Federação	Taxa de analfabetismo (%)					
	15 a 19 anos			20 a 24 anos		
	1991	1996	Crescimento 1991/1996	1991	1996	Crescimento 1991/1996
Brasil	12,1	5,4	-55,7	12,2	5,8	-52,8
Sul	3,7	1,9	-49,5	4,6	2,1	-53,5
Paraná	4,2	2,1	-49,1	5,6	2,6	-52,8
Santa Catarina	3,6	1,6	-54,3	4,4	1,7	-62,4
R. G. do Sul	3,3	1,7	-48,0	3,9	1,9	-51,9

Fontes: IBGE. *Censo Demográfico* 1991 e *Contagem Populacional* 1996.

Nota: 1996: percentual da população sem instrução ou com menos de um ano de estudo.

Região Centro-Oeste

Situada em uma posição intermediária entre as regiões que apresentam os piores e os melhores índices de analfabetismo (Norte e Nordeste e Sul e Sudeste, respectivamente), a Região Centro-Oeste vem apresentando um desempenho que tende a aproximá-la cada vez mais do grupo de melhor situação em termos da alfabetização de sua população.

Na região, destaca-se o Distrito Federal como a unidade da Federação que registrou em 1996 taxas de analfabetismo muito próximas às verificadas na Região Sul, o que em parte se explica por suas características particulares, que são as altas taxas de urbanização e renda. A redução foi, no entanto, mais intensa nos Estados de Mato Grosso e de Goiás.

**Tabela 11 – Taxa de analfabetismo nas faixas etárias de 15 a 19 anos e 20 a 24 anos
Região Centro-Oeste**

Unidade da Federação	Taxa de analfabetismo (%)					
	15 a 19 anos			20 a 24 anos		
	1991	1996	Crescimento 1991-1996	1991	1996	Crescimento 1991-1996
Brasil	12,1	5,4	-55,7	12,2	5,8	-52,8
Centro-Oeste	6,5	2,8	-56,3	8,0	3,5	-56,3
M. G. do Sul	6,6	3,4	-48,2	8,5	4,4	-48,6
Mato Grosso	8,0	3,3	-59,0	10,2	4,1	-59,3
Goiás	6,8	2,8	-58,8	8,0	3,4	-58,1
Distrito Federal	3,7	1,9	-49,9	4,9	2,3	-52,7

Fonte: IBGE. *Censo Demográfico 1991 e Contagem Populacional 1996.*

Nota: 1996: percentual da população sem instrução ou com menos de um ano de estudo.

No entanto, para inserir os jovens no exercício pleno da cidadania e ampliar suas oportunidades de ingresso no mercado de trabalho,¹ não basta saber ler e escrever.

Estudos recentes apontam a conclusão de certos mínimos de escolaridade – situados em torno do ensino fundamental completo – como as bases necessárias para um bom desempenho nos diferentes âmbitos da vida social, seja no mundo do trabalho, na vida familiar, na esfera cultural, na participação política e social.

Esta concepção amplia, portanto, o escopo da população a ser atingida, pois é ainda elevado, mesmo entre os jovens, o número daqueles que não concluíram as oito séries de escolaridade obrigatória.

A seguir, serão apresentados os dados relativos à instrução média da população jovem brasileira.

¹Deve-se ressaltar que, no período recente, observa-se uma reduzida capacidade de incorporação de jovens ao mercado de trabalho. Entre estes, as taxas de desemprego situam-se em patamares expressivos e houve uma redução significativa das taxas de participação. Os sinais emitidos pelo mercado de trabalho sinalizam para uma elevação dos requisitos de escolaridade. Nesse sentido, a continuidade dos estudos torna-se vital dada a seletividade existente.

Escolaridade da população

Os dados censitários sobre a instrução da população disponíveis para o ano de 1996 indicam que, mesmo entre as faixas mais jovens, o quadro ainda é preocupante. Na faixa etária de 15 a 19 anos, 21,7% dos jovens não concluíram o equivalente às quatro séries iniciais do ensino básico e 66,7% não completaram os oito anos de escolaridade obrigatória. Os índices para a faixa etária de 20 a 24 anos, apesar de melhores, confirmam o fenômeno da escolarização tardia e do atraso devido à repetência: 20,1% não concluíram as quatro séries iniciais e 55,9% não adquiriram a escolaridade básica de oito anos.

**Tabela 12 – Distribuição da população por anos de estudo concluídos, segundo grupos de idade
Brasil – 1996**

Grupos de idade	Classes de anos de estudo (%)				
	Menos de 4	4	5 a 7	8 e mais	S/inform.
10 a 14	53,1	18,7	26,4	0,9	1,0
15 a 19	21,7	12,8	32,2	32,4	1,0
20 a 24	20,1	13,1	22,7	43,3	0,8
25 a 29	21,9	14,8	19,9	42,7	0,7
30 a 39	25,7	17,6	15,4	40,2	1,1
40 a 49	36,1	19,9	11,2	32,3	0,6
50 a 59	49,7	20,6	8,0	21,2	0,5
60 ou mais	63,0	17,8	5,8	12,9	0,5

Fonte: IBGE. *Contagem Populacional* 1996.

A seguir, serão destacadas informações relativas aos jovens de 15 a 19 anos e de 20 a 24 anos, procurando fornecer maiores detalhes sobre a condição de frequência à escola e sobre a modalidade de ensino cursada, a partir do recorte entre a população estudante e a que não estava frequentando escola.

Deve-se ressaltar que os dados relativos à frequência à escola obtidos pela *Contagem Populacional* referem-se à data de realização da entrevista, que ocorreu no segundo semestre de 1996.

Os dados coletados pelo *Censo Escolar* quanto ao total de estudantes não são, portanto, idênticos aos obtidos pelo IBGE, dado que entre março, período de referência do *Censo Escolar* e da coleta da *Contagem*, ocorrem situações como a de abandono e evasão da escola.

Jovens de 15 a 19 anos

Entre os jovens de 15 a 19 anos, cerca de 42% afirmaram não freqüentar escola em 1996. No entanto, cerca de 46% haviam abandonado os estudos, tendo concluído no máximo quatro anos de estudo.

Observa-se que a parcela fora da escola, apesar de expressiva, está distribuída de forma relativamente homogênea entre as diferentes regiões, variando de 40,5%, no Nordeste, a 47,6%, na Região Sul. No entanto, quando se verifica a escolaridade adquirida, as diferenças são marcantes.

**Tabela 13 – Distribuição dos jovens de 15 a 19 anos que não freqüentavam escola, por nível de escolaridade adquirida
Brasil – 1996**

Regiões	% fora da escola	Última série concluída		
		Menos de 5	5 a 7	8 ou mais
Brasil	41,7	46,3	30,5	23,2
Norte	42,0	59,2	26,7	14,1
Nordeste	40,5	65,4	21,9	12,6
Sudeste	40,6	36,0	33,9	30,1
Sul	47,6	33,6	36,5	29,9
Centro-Oeste	41,6	41,4	36,4	22,2

Fonte: IBGE. *Contagem Populacional 1996*.

De fato, as Regiões Norte e Nordeste apresentam parcela expressiva de jovens que estavam fora da escola com níveis muito elementares de instrução. O Sudeste, ao contrário, registra um melhor perfil de escolaridade entre os jovens que não estavam freqüentando escola. Os dados referentes à Região Sul indicam uma situação em que devem ser realizados esforços para a conclusão das oito séries básicas.

Diferenças intra-regionais podem também ser verificadas, quanto ao perfil de escolaridade dos jovens de 15 a 19 anos fora da escola.

Na Região Norte, os Estados do Pará e de Tocantins, apresentam parcela expressiva de jovens com, no máximo, quatro anos de estudo, respectivamente 63,3% e 60,4%. No Nordeste, Alagoas exibe o pior perfil, onde apenas 27% destes jovens haviam ultrapassado com sucesso as quatro séries iniciais.

**Tabela 14 – Distribuição dos jovens de 15 a 19 anos que não freqüentavam escola, por nível de escolaridade adquirida
Brasil, regiões e unidades da Federação – 1996**

Unidades da Federação	Total de jovens fora da escola	Nenhuma	1ª a 4ª	5ª a 7ª	8ª ou mais
Brasil	6.629.951	0,6	45,7	30,5	23,2
Norte	522.151	0,5	58,7	26,7	14,1
Rondônia	74.918	0,2	56,6	29,2	14,0
Acre	20.797	0,4	58,3	28,4	13,0
Amazonas	102.927	0,6	53,1	29,9	16,4
Roraima	9.811	0,1	45,0	35,3	19,5
Pará	254.740	0,6	62,8	24,0	12,7
Amapá	14.940	0,2	44,8	34,8	20,2
Tocantins	44.018	0,4	60,0	25,3	14,2
Nordeste	1.919.055	1,5	63,9	21,9	12,6
Maranhão	233.836	2,1	62,7	21,4	13,8
Piauí	128.223	1,6	71,6	16,2	10,6
Ceará	277.384	2,0	60,3	23,2	14,6
Rio Grande do Norte	103.724	0,8	57,0	26,3	15,8
Paraíba	141.428	2,6	66,1	20,4	10,8
Pernambuco	314.573	0,9	57,3	26,9	14,9
Alagoas	117.812	1,1	67,4	21,2	10,4
Sergipe	65.985	0,9	66,6	22,2	10,2
Bahia	536.090	1,5	68,0	19,6	11,0
Sudeste	2.661.143	0,2	35,8	33,9	30,1
Minas Gerais	756.121	0,2	52,1	30,3	17,4
Espírito Santo	136.072	0,1	40,5	32,1	27,2
Rio de Janeiro	484.673	0,2	33,4	34,7	31,7
São Paulo	1.284.277	0,1	26,5	36,0	37,4
Sul	1.060.587	0,1	33,5	36,5	29,9
Paraná	418.430	0,1	38,4	33,7	27,9
Santa Catarina	236.661	0,0	37,3	32,1	30,5
Rio Grande do Sul	405.496	0,1	26,3	41,9	31,7
Centro-Oeste	467.015	0,2	41,2	36,4	22,2
Mato Grosso do Sul	89.321	0,2	40,0	38,6	21,2
Mato Grosso	112.563	0,2	46,4	35,4	18,0
Goiás	201.732	0,3	42,9	35,9	20,9
Distrito Federal	63.399	0,1	28,0	36,9	34,9

Fonte: Cálculos efetuados pelo Inep/Seec a partir da *Contagem Populacional* do IBGE, 1996.

Notas: (1) Não inclui as pessoas sem declaração.

(2) Inclui as pessoas que freqüentam curso de pré-vestibular.

No Sudeste, apesar do quadro mais favorável, em Minas Gerais cerca de 52% dos jovens haviam parado seus estudos tendo concluído, no máximo, quatro anos de estudo. A Região Sul parece ter conseguido avanços, em relação às outras regiões, ao apresentar parcelas menos expressivas de jovens com, no máximo, quatro anos de estudo. De fato, mesmo no Paraná, que exibe a maior parcela de jovens fora da escola com esta instrução, esta se situa no patamar de 38,5%. Torna-se preocupante, no entanto, a indicação que nesta região aparentemente os esforços de escolarização

não tenham continuidade, dado que a maior parcela deixa de freqüentar a escola sem concluir as oito séries básicas.

A Região Centro-Oeste, que apresenta uma situação intermediária, registra diferenças marcantes entre o Distrito Federal e os demais Estados. O perfil de escolaridade dos jovens que abandonaram seus estudos no Distrito Federal é muito próximo ao exibido por São Paulo, onde mais de um terço tem, pelo menos, o fundamental completo, ao passo que nos demais Estados a proporção com este nível de ensino varia de 18% a 21%.

Os dados da *Contagem Populacional* informam que 58,3% dos jovens de 15 a 19 anos participavam em alguma modalidade do ensino, em 1996. Estudantes freqüentando o ensino fundamental eram maioria, estando a maior parcela (44,8%) cursando entre a 5ª e a 8ª série do fundamental (Tabela 15), indicando que o problema da distorção idade/série mostrava-se ainda alarmante, pois estes jovens deveriam, em tese, estar cursando, no mínimo, o ensino médio.

Outro aspecto a ser ressaltado refere-se ao fato de a maioria dos estudantes estar freqüentando cursos regulares, indicando que programas como os das classes de aceleração da aprendizagem devem ser estimulados, promovendo assim a correção do fluxo escolar, bem como a adoção simultânea de medidas específicas para combater a repetência e o abandono.

A participação das matrículas em cursos supletivos,² nesta faixa etária, é muito pequena, sendo, como esperado, maior nas séries iniciais. No entanto, os dados da *Contagem Populacional* indicam que o atendimento em cursos supletivos é extremamente baixo, dado que apenas 2,9% do total de jovens de 15 a 19 anos que freqüentavam classes de 1ª a 4ª do fundamental faziam cursos supletivos.

²A captação de dados sobre a freqüência em cursos supletivos pelo *Censo Populacional* considera apenas os cursos presenciais.

**Tabela 15 – Estudantes de 15 a 19 anos, por nível de ensino freqüentado, segundo modalidade de ensino
Brasil e regiões – 1996**

Região e modalidade	Nível de ensino				
	Total	Alfabetização	Fundamental		Médio ou superior
			1ª a 4ª	5ª a 8ª	
Brasil		20.860	1.218.216	4.146.110	3.866.291
Total	9.251.477	0,2	13,2	44,8	41,8
Regular	9.108.992	0,0	97,1	98,3	99,6
Supletivo	142.485	100,0	2,9	1,7	0,4
Norte		1.871	150.343	369.719	198.633
Total	720.566	0,3	20,9	51,3	27,6
Regular	690.891	0,0	93,4	95,4	99,6
Supletivo	29.675	100,0	6,6	4,6	0,4
Nordeste		10.913	723.830	1.376.227	710.155
Total	2.821.125	0,4	25,7	48,8	25,2
Regular	2.790.757	0,0	99,0	99,2	99,8
Supletivo	30.368	100,0	1,0	0,8	0,2
Sudeste		5.380	240.131	1.640.874	2.001.234
Total	3.887.619	0,1	6,2	42,2	51,5
Regular	3.838.291	0,0	95,0	98,4	99,7
Supletivo	49.328	100,0	5,0	1,6	0,3
Sul		1.825	47.489	436.563	681.700
Total	1.167.577	0,2	4,1	37,4	58,4
Regular	1.145.281	0,0	93,1	97,2	99,3
Supletivo	22.296	100,0	6,9	2,8	0,7
Centro-Oeste		871	56.423	322.727	274.569
Total	654.590	0,1	8,6	49,3	41,9
Regular	643.772	0,0	95,5	98,3	99,3
Supletivo	10.818	100,0	4,5	1,7	0,7

Fonte: Cálculos efetuados pelo Inep/Seec a partir da *Contagem Populacional* do IBGE de 1996.

Nota: Não inclui as pessoas sem declaração, as pessoas que freqüentam Supletivo não-seriado e as pessoas que freqüentavam curso de pré-vestibular.

Por regiões, observa-se que a freqüência em cursos supletivos de 1ª a 4ª do fundamental é maior na Região Sul e na Norte, respectivamente, 6,9% e 6,6% dos alunos.

A participação em cursos supletivos neste nível de ensino não apresenta muita diferenciação entre as unidades da Federação. Destaque pode ser dado aos Estados do Amapá e de Roraima, onde respectivamente, 21,2%, e 18,4%, dos alunos de 1ª a 4ª, com idade entre 15 a 19 anos, cursavam supletivo (as tabelas com dados desagregados por unidades da Federação podem ser encontradas no Anexo de Tabelas).

Jovens de 20 a 24 anos

Pelos dados da *Contagem Populacional*, em 1996, cerca de 81% do total de jovens de 20 a 24 anos não estavam freqüentando a escola. Apesar de apresentar um perfil de escolaridade melhor que o verificado entre a população de 15 a 19 anos, neste grupo etário, ainda pode ser encontrada uma grande parcela com no máximo quatro anos de estudo (34,2%) e apenas 40,3% tinham concluído, pelo menos, os oito anos de escolaridade básica. Isto significa dizer que 59,7% destes jovens, o que equivale a mais de 6,5 milhões de jovens, precisariam voltar à escola para completar a escolarização básica e, dada a faixa etária, provavelmente em cursos supletivos.

Observa-se que a parcela de jovens de 20 a 24 anos fora da escola variou de 78,7% na Região Norte a 83,3%, na Região Sul. No entanto, quanto ao perfil de escolaridade obtido por esta população, as Regiões Nordeste e Norte apresentavam um quadro mais crítico. Nestas áreas mais de 40% haviam abandonado os estudos, tendo concluído no máximo quatro anos de estudo. No entanto, mesmo nas regiões mais desenvolvidas, é relativamente pequena a parcela com os oito anos de escolaridade básica, conforme se pode verificar na Tabela 16.

**Tabela 16 – Distribuição dos jovens de 20 a 24 anos que não freqüentavam escola, por nível de escolaridade adquirida
Brasil – 1996**

Regiões	% fora da escola	Última série concluída		
		Menos de 5	5 a 7	8 ou mais
Brasil	80,6	34,2	25,4	40,3
Norte	78,7	42,1	24,6	33,2
Nordeste	79,6	46,8	22,3	30,9
Sudeste	80,6	27,8	25,9	46,2
Sul	83,3	28,9	27,9	43,2
Centro-Oeste	80,5	30,3	29,6	40,2

Fonte: IBGE. *Contagem Populacional* 1996.

A Região Nordeste apresenta o perfil de escolaridade mais desfavorável, estando os Estados do Piauí e da Paraíba, em pior situação. Nestes Estados, mais de 50% dos jovens de 20 a 24 anos que pararam de estudar, em 1996, não haviam ultrapassado as quatro séries iniciais. Nesta região, apenas o Amapá apresenta um quadro menos crítico, dado que 44% tinham concluído ao menos o ensino fundamental (Tabela 17).

**Tabela 17 – Distribuição dos jovens de 20 a 24 anos que não freqüentavam escola, por nível de escolaridade adquirida
Brasil, regiões e unidades da Federação – 1996**

Unidade da Federação	Total jovens fora da escola	Nenhuma	1ª a 4ª	5ª a 7ª	8ª ou mais
Brasil	10.910.760	0,4	33,8	25,4	40,3
Norte	786.771	0,3	41,8	24,6	33,2
Rondônia	97.328	0,2	46,0	25,4	28,4
Acre	29.827	0,4	44,2	24,0	31,5
Amazonas	159.238	0,4	34,5	26,9	38,3
Roraima	16.243	0,1	32,4	28,2	39,3
Pará	386.761	0,4	44,6	23,1	31,8
Amapá	27.498	0,2	29,0	26,8	44,0
Tocantins	69.876	0,3	43,8	24,8	31,1
Nordeste	2.871.419	1,0	45,8	22,3	30,9
Maranhão	324.521	1,4	45,6	20,5	32,5
Piauí	167.091	1,1	53,5	18,6	26,8
Ceará	434.599	1,2	43,8	23,3	31,7
Rio Grande do Norte	167.761	0,6	39,8	24,9	34,7
Paraíba	199.753	1,5	49,2	21,8	27,5
Pernambuco	495.872	0,7	40,0	25,7	33,6
Alagoas	166.243	0,7	47,7	23,3	28,3
Sergipe	107.421	0,6	46,4	23,7	29,3
Bahia	808.158	1,0	49,0	20,2	29,8
Sudeste	4.776.776	0,1	27,7	25,9	46,2
Minas Gerais	1.178.444	0,2	40,2	26,1	33,5
Espírito Santo	207.922	0,1	33,3	24,3	42,3
Rio de Janeiro	915.975	0,1	23,5	25,0	51,4
São Paulo	2.474.435	0,1	22,8	26,4	50,7
Sul	1.660.814	0,1	28,8	27,9	43,2
Paraná	663.682	0,1	32,3	25,4	42,2
Santa Catarina	362.803	0,0	33,0	23,4	43,7
Rio Grande do Sul	634.329	0,1	22,8	33,1	44,0
Centro-Oeste	814.980	0,2	30,1	29,6	40,2
Mato Grosso do Sul	139.693	0,2	30,5	32,1	37,3
Mato Grosso	173.998	0,2	36,4	30,0	33,5
Goiás	359.217	0,2	31,4	30,1	38,4
Distrito Federal	142.072	0,1	18,9	25,3	55,7

Fonte: Cálculos efetuados pelo Inep/Seec a partir da *Contagem Populacional* do IBGE de 1996.

Notas: (1) Não inclui as pessoas sem declaração.

(2) Inclui as pessoas que freqüentam curso de pré-vestibular.

Nos Estados da Região Norte, ainda se verificam parcelas expressivas de jovens que abandonaram seus estudos sem um nível instrucional satisfatório, esta situação é mais crítica nos Estados de Rondônia e do Pará.

Os jovens de 20 a 24 anos da Região Sudeste que não freqüentavam escola exibem o melhor perfil, sendo que nos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, a maioria já havia concluído, pelo menos, os oito anos de escolaridade básica. No entanto, mesmo nestes Estados ações supletivas mostravam-se necessárias.

A Região Sul apresenta um perfil mais homogêneo entre seus Estados, onde mais de 40% dos jovens de 20 a 24 anos, que abandonaram os estudos, haviam concluído o ensino fundamental.

Na Região Centro-Oeste, com exceção do Distrito Federal, onde cerca de 56% dos jovens haviam concluído pelo menos os oito anos de escolaridade básica, os demais apresentavam uma parcela expressiva que variava de 31% a 37% com no máximo quatro anos de estudo.

Entre os jovens de 20 a 24 anos, a parcela estudante correspondia a 19,4% do total, o que contabiliza mais de 2,6 milhões de jovens, sendo que a maioria já havia concluído o ensino fundamental e estava cursando o nível médio ou superior.

Em 1996, havia cerca de 793 mil jovens com idade entre 20 a 24 anos, que cursavam o ensino fundamental, no entanto, apenas 9,5% em cursos supletivos.

Por regiões, observa-se que a freqüência a cursos supletivos de 1ª a 4ª do fundamental é maior nas Regiões Sul e Sudeste, onde 24% e 17,4% destes estudantes de 20 a 24 anos de 1ª a 4ª freqüentavam cursos supletivos (Tabela 18).

Entre os alunos com idade entre 20 a 24 anos que freqüentavam cursos de 5ª a 8ª série, a parcela matriculada em cursos supletivos correspondia a 9,4%. Este percentual era maior nas Regiões Sul (19,1%) e Norte (13,2%). No Anexo, podem ser encontradas as tabelas com os dados relativos às unidades da Federação.

**Tabela 18 – Estudantes de 20 a 24 anos, por nível de ensino freqüentado, segundo modalidade de ensino
Brasil e regiões – 1996**

Região e modalidade	Nível de ensino				
	Total	Alfabetização	Fundamental		Médio ou superior
			1ª a 4ª	5ª a 8ª	
Brasil		0,5	7,1	23,1	69,3
Total	2.629.541	13.248	186.123	606.961	1.823.209
Regular	2.515.909	0,0	90,1	90,6	98,6
Supletivo	113.632	100,0	9,9	9,4	1,4
Norte		0,5	10,6	29,8	59,1
Total	213.078	1.033	22.585	63.484	125.976
Regular	198.446	0,0	83,8	86,8	98,8
Supletivo	14.632	100,0	16,2	13,2	1,2
Nordeste		0,8	13,5	31,2	54,6
Total	736.017	5.539	99.066	229.588	401.824
Regular	717.997	0,0	96,9	96,9	99,4
Supletivo	18.020	100,0	3,1	3,1	0,6
Sudeste		0,4	4,0	18,7	76,9
Total	1.150.068	4.577	46.077	215.230	884.184
Regular	1.099.664	0,0	82,6	87,5	98,8
Supletivo	50.404	100,0	17,4	12,5	1,2
Sul		0,4	2,6	15,0	82,0
Total	332.541	1.409	8.536	49.899	272.697
Regular	312.463	0,0	76,0	80,9	97,4
Supletivo	20.078	100,0	24,0	19,1	2,6
Centro-Oeste		0,3	5,0	24,6	70,0
Total	197.837	690	9.859	48.760	138.528
Regular	187.339	0,0	83,7	89,9	97,6
Supletivo	10.498	100,0	16,3	10,1	2,4

Fonte: Cálculos efetuados pelo Inep/Seec a partir da *Contagem Populacional* do IBGE de 1996.

Nota: Não inclui as pessoas sem declaração, as pessoas que freqüentam Supletivo não-seriado e as pessoas que freqüentavam curso de pré-vestibular.

Conforme pode ser observado pelas informações anteriores, a maior parte dos estudantes jovens, tanto na faixa etária de 15 a 19 anos quanto na de 20 a 24 anos, não cursavam programas de educação de jovens e adultos. A pequena participação dos cursos supletivos deve, no entanto, ser melhor analisada, pois pode estar relacionada à oferta deficitária desta modalidade de ensino, seja em termos do número de vagas, seja da existência de cursos em locais ou horários mais convenientes para a freqüência dos alunos.

O próximo item procura trazer maiores informações sobre os cursos supletivos. A partir dos dados do *Censo Escolar*, serão destacados aspectos relativos à evolução das matrículas e sobre a participação das diferentes esferas de governo na oferta destes cursos.

Deve-se ressaltar, no entanto, que o *Censo Escolar* capta informações relativas apenas aos cursos supletivos com avaliação no processo, sendo, portanto, excluídos

os cursos supletivos não-presenciais, bem como aqueles que não realizam avaliações durante o curso.

Outra ressalva refere-se ao fato de que na seção seguinte serão fornecidas informações sobre as matrículas em supletivos com avaliação no processo, independentemente da idade do estudante.

Em 1999, do total de estudantes matriculados em cursos presenciais com avaliação no processo, a grande maioria era constituída por jovens de 15 a 24 anos (54,4%), sendo 28,5% com idade entre 15 a 19 anos, e 25,5%, jovens de 20 a 24 anos. Adultos com mais de 24 anos correspondiam a 42,4% e os 3,2% restantes eram de estudantes com menos de 15 anos.

A tabela a seguir apresenta o crescimento entre 1995 e 1999 das matrículas por faixas etárias segundo os tipos de cursos freqüentados. Como o questionário do *Censo Escolar* de 1995 não permite a desagregação para as faixas etárias superiores a 19 anos, a comparação está sendo feita em apenas três grupos de idade.

**Tabela 19 – Crescimento das matrículas em cursos presenciais com avaliação no processo, por nível/modalidade de ensino
Brasil – 1995-1999**

Idades	Total	Fundamental	Médio	Alfabetização	Profissionalizantes
< 15	7,0	4,3	-40,3	-8,9	164,2
15 a 19	-30,6	-33,4	54,3	-45,5	-65,1
> 19	42,7	24,7	104,0	203,2	1,1
Total	8,4	-4,8	93,1	66,4	-20,8

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

Educação de jovens e adultos

Em 1999, mais de três milhões de estudantes foram atendidos em cursos presenciais com avaliação durante o processo. Este contingente, captado pelo *Censo Escolar*, exclui os programas sem avaliação que são oferecidos em geral por ONGs.

A Tabela 20 mostra que, entre 1995 e 1999, houve um aumento expressivo do número de estabelecimentos que oferecem educação de jovens e adultos. Este crescimento foi determinado principalmente pela expansão da rede municipal, que ultrapassou inclusive a rede estadual, majoritária até 1997, em número de estabelecimentos. Dos 17.250 estabelecimentos existentes, em 1999, mais de 47% eram municipais. A rede estadual, ao contrário, apresentou redução nesse mesmo período. Essa expansão da rede municipal é coerente com o que determina a *Constituição* nas suas Disposições Transitórias, que incumbe aos municípios, e supletivamente aos Estados e à União o provimento de cursos presenciais para jovens e adultos.

**Tabela 20 – Número de estabelecimentos que oferecem educação de jovens e adultos por dependência administrativa
Brasil – 1995-1999**

Período	Estabelecimentos por dependência administrativa				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular
1995	11.879	7	7.455	2.995	1.422
1997	16.100	11	8.279	5.813	1.997
1999	17.250	15	6.973	8.187	2.075
Taxa de Crescimento					
1995/1999	45,2	114,3	-6,5	173,4	45,9
Distribuição					
1995	100,0	0,1	62,8	25,2	12,0
1997	100,0	0,1	51,4	36,1	12,4
1999	100,0	0,1	40,4	47,5	12,0

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

No entanto, quando se analisa o número de matrículas por dependência administrativa, observa-se que a participação da rede estadual permaneceu majoritária, pouco se alterando entre 1995 e 1999. Cerca de 61% dos alunos estavam matriculados em escolas estaduais em 1999, indicando, portanto, que o atendimento

realizado pelas escolas municipais é mais pulverizado em estabelecimentos menores que os estaduais.

Deve-se ainda ressaltar que os cursos presenciais com avaliação são predominantemente públicos. A oferta privada, que inclui os cursos promovidos pelas ONGs, veio decrescendo, chegando a menos de 13% das matrículas em 1999. No período considerado, houve inclusive redução das matrículas na rede particular, ao contrário do observado entre as instituições públicas. Entre essas, destaca-se a expressiva ampliação das matrículas na rede municipal, como mostra a Tabela 21.

Tabela 21 – Número de alunos matriculados em cursos presenciais com avaliação no processo por dependência administrativa Brasil – 1995-1999

Período	Alunos matriculados por dependência administrativa				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular
1995	2.752.214	594	1.657.384	563.296	530.940
1997	2.881.770	1.609	1.808.161	683.078	388.922
1999	3.069.684	1.978	1.871.620	821.321	374.765
Taxa de crescimento					
1995/1999	11,5	233,0	12,9	45,8	-29,4
Distribuição					
1995	100,0	0,0	60,2	20,5	19,3
1997	100,0	0,1	62,7	23,7	13,5
1999	100,0	0,1	60,9	26,8	12,2

Fonte: MEC/Inep/Sec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

O aumento registrado das matrículas em cursos presenciais não se deu, contudo, de maneira uniforme entre os diferentes níveis de ensino. No período considerado, houve expressivo aumento das matrículas no Ensino Médio (93,1%) e nos cursos de alfabetização (66,4%), pequeno decréscimo no Ensino Fundamental (-1,1%) e considerável redução nos cursos profissionalizantes (-20,8), como mostra a Tabela 22.

Tabela 22 – Número de alunos matriculados em cursos presenciais, com avaliação no processo por nível de ensino Brasil – 1995-1999

Período	Alunos matriculados em cursos presenciais			
	Alfabetização	Fundamental	Médio	Cursos profissionalizantes
1995	97.257	2.136.508	340.046	178.403
1997	144.116	2.210.325	390.925	136.404
1999	161.791	2.112.214	656.572	141.329
Taxa de Crescimento				
1995/1999	66,4	-1,1	93,1	-20,8

Fonte: MEC/Inep/Sec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

Apesar do decréscimo verificado no período recente, o número de matrículas no Ensino Fundamental seguiu sendo bem superior aos demais níveis de ensino. Pode-se ressaltar que esse pequeno decréscimo foi, contudo, acompanhado de um expressivo aumento do número de matrículas de jovens com 15 anos ou mais no Ensino Fundamental regular.

A percentagem dos alunos com mais de 14 anos de idade, matriculados no ensino fundamental regular, aumentou substancialmente, entre 1995 e 1999. Neste período, o crescimento total das matrículas foi da ordem de 10,8%; no entanto, as matrículas de alunos com mais de 14 anos cresceram mais de três vezes.

Tabela 23 – Matrículas no Ensino Fundamental regular, por grupos de idade, segundo regiões – 1995-1999

Regiões	Total		Menos de 7 anos		7 a 14 anos		Mais de 14 anos	
	Matrículas 1999	Cresc. 1995/1999 (%)	Matrículas 1999	Cresc. 1995/1999 (%)	Matrículas 1999	Cresc. 1995/1999 (%)	Matrículas 1999	Cresc. 1995/1999 (%)
Brasil	36.059.742	10,8	568.880	-7,1	27.016.884	4,7	8.473.978	38,1
Norte	3.293.266	19,1	50.323	12,7	2.426.957	13,7	815.986	39,2
Nordeste	12.492.156	23,1	236.883	40,6	8.436.174	12,5	3.819.099	54,0
Sudeste	13.187.969	2,3	114.542	7,8	10.507.595	-1,4	2.565.832	20,1
Sul	4.472.374	1,6	119.552	-46,3	3.767.570	1,9	585.252	21,5
C.Oeste	2.613.977	12,0	47.580	-32,7	1.878.588	3,9	687.809	51,1

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

As razões para este fato podem estar relacionadas a um movimento de reingresso de alunos que haviam se evadido no decorrer do curso. Neste caso, o aumento do número de alunos com mais de 14 anos estaria revelando um esforço dos evadidos em retornar à escola para completar a escolaridade obrigatória.

Este aumento pode ainda estar ligado à transferência de alunos matriculados em cursos supletivos para regulares, que podem, por sua vez, estar relacionados aos maiores atrativos gerados pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), levando os sistemas de ensino a estimular a frequência em cursos regulares.

A existência de uma parcela significativa de estudantes com mais de 14 anos de idade em cursos regulares decorre, no entanto, da ainda elevada taxa de distorção idade/série verificada em nosso País. Apesar da melhoria observada no período recente, continua sendo um grave problema.

De fato, a taxa de distorção idade/série cai de 64,1%, em 1991, para 46,6%, em 1998, como se verifica na Tabela 24. A redução foi mais acentuada nas séries iniciais, tendência que certamente está associada à iniciativa de muitos sistemas de ensino de implantar o ciclo básico, eliminando dessa forma o problema da reprovação. Esta política ainda não produziu efeito sobre as séries finais, que continuam exibindo taxas históricas de distorção mais elevadas, especialmente a 5ª série (54,3%).

**Tabela 24 – Ensino Fundamental – Taxa de distorção idade/série
Brasil e Regiões – 1982-1998**

Região/Ano	Séries (%)							
	Total	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	5ª série	6ª série	7ª série
Brasil								
1982	76,2	71,9	76,5	77,2	76,6	80,4	80,2	79,8
1991	64,1	59,5	62,6	63,3	62,7	70,2	68,6	67,4
1998	46,6	38,2	43,9	44,5	45,7	54,3	52,5	52,0
Norte								
1982	84,4	78,2	87,3	88,3	87,9	90,2	90,0	90,0
1991	79,0	72,5	81,0	81,6	81,4	84,3	83,1	81,8
1998	61,3	51,2	62,3	64,5	64,9	69,7	67,4	65,7
Nordeste								
1982	85,1	80,9	87,0	87,8	87,6	89,7	89,2	88,9
1991	80,6	75,7	82,9	82,6	81,6	84,5	82,9	82,6
1998	64,1	54,1	65,0	67,7	66,2	72,2	69,2	70,2
Sudeste								
1982	69,8	61,0	68,9	70,7	70,5	76,2	76,2	75,7
1991	54,7	39,6	49,0	53,8	54,1	64,5	63,5	61,6
1998	34,2	14,7	22,6	25,6	34,3	43,9	45,5	45,4
Sul								
1982	70,5	64,3	70,1	71,1	71,7	74,2	74,8	74,3
1991	43,8	33,3	38,1	40,0	44,3	52,5	53,0	52,6
1998	25,8	10,5	17,6	21,4	24,0	35,8	33,1	32,2
Centro-Oeste								
1982	80,8	73,7	80,8	82,9	83,0	86,6	86,0	86,3
1991	65,9	55,0	63,1	65,0	65,5	73,9	72,9	72,1
1998	45,5	25,1	36,3	42,2	43,4	56,7	58,0	57,5

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Nota: Deve-se considerar a idade recomendada para cada série/nível de ensino, ou seja, 7 anos para a 1ª série do Ensino Fundamental, 8 anos para a 2ª série e, assim, sucessivamente.

Do ponto de vista regional, observa-se que os problemas mais graves da distorção idade/série se concentram nas Regiões Nordeste e Norte, que apresentam as piores taxas, de 64,1% e 61,3%, respectivamente. O contraste fica mais pronunciado quando essas taxas são comparadas ao índice de distorção idade/série da Região Sul, o menor do País (25,8%).

A existência de um contingente não desprezível de alunos com defasagem faz com que políticas que visem ao aumento da eficiência dos sistemas de ensino sejam inadiáveis. Os programas de aceleração da aprendizagem, que estão sendo implantados nas diversas regiões, orientam-se nesta direção (Tabela 25). Consistem na criação de classes especiais, com atendimento pedagógico adequado para os alunos que apresentam distorção idade/série de dois anos ou mais, de forma a permitir que completem, em prazo reduzido, a aprendizagem necessária para serem integrados em classes mais adiantadas, adequadas à sua idade.

**Tabela 25 – Matrícula em classes de aceleração no ensino fundamental
Brasil e regiões – 1998**

Brasil e regiões	Matrículas em classe de aceleração	
	Total geral	Rural
Brasil	1.189.998	64.031
Norte	29.454	2.890
Nordeste	411.719	33.380
Sudeste	56.964	18.157
Sul	153.789	7.142
Centro-Oeste	31.072	2.462

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Infelizmente, o programa das classes de aceleração é difícil de ser implantado na zona rural, cujas escolas são, freqüentemente, unidocentes, abrangem apenas as séries iniciais, funcionam em prédios muito pequenos e abrigam poucos alunos. Para esta população, criou-se outro programa, em 1998, chamado Escola Ativa, no contexto das atividades do Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola).

O declínio proporcional das matrículas nos cursos profissionalizantes, que englobam os cursos de aprendizagem e de suplência profissionalizante, mostra que a esse nível de Ensino Supletivo vem sendo dada pouca importância, e que sua revitalização pode representar um avanço significativo nos níveis de escolarização da população jovem e adulta. Tendo em vista que essa população já se encontra em idade de participar do mercado de trabalho, a suplência de ensino pela via dos cursos profissionalizantes pode se constituir um meio efetivo de, a um só tempo, elevar o nível de escolarização da população, dando-lhe maiores chances de renda e emprego.

A seguir, serão apresentadas informações sobre as matrículas dos alunos em cursos presenciais, segundo o nível/modalidade de ensino freqüentado.

Embora constitucionalmente caiba ao município prover a educação de jovens e adultos, o que se observa é que a educação supletiva encontra-se compartilhada, ainda que de forma desigual e de acordo com o nível de ensino, entre as diferentes esferas do poder público e a iniciativa privada.

A rede estadual tem presença marcante no Ensino Médio (73%) e no Fundamental (60,6%). Nos demais níveis de ensino, a participação dos Estados na oferta de matrículas, embora menor, não é inferior a um terço.

A participação dos municípios é maior nos cursos de alfabetização (49,2%) e embora seja expressiva no nível fundamental, não chega nele a ultrapassar um terço.

O setor privado, por sua vez, destaca-se na oferta de vagas no ensino profissionalizante, como era de se esperar, mas também atinge proporções não desprezíveis no Ensino Médio (22,9%) e Fundamental (14,3%).

**Tabela 26 – Distribuição dos alunos matriculados em cursos presenciais,
com avaliação no processo, por dependência administrativa e nível de ensino
Brasil – 1999**

Nível/Modalidade	Total	Estadual	Federal	Municipal	Particular
Total	100,0	60,9	0,1	26,8	12,2
Alfabetização	100,0	36,4	0,1	49,2	14,3
Fundamental	100,0	60,6	0,03	33,0	6,35
Médio	100,0	73,0	0,1	4,0	22,9
Profissionalizante	100,0	37,2	0,4	14,8	47,5

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

Esse quadro assume, contudo, contornos diversos nas diferentes regiões do País, como pode ser observado na Tabela 8.

Ainda que se verifique, em todas as regiões, uma presença maior de alunos matriculados em cursos de Ensino Fundamental, as Regiões Sudeste e Sul destacam-se pela maior participação relativa de cursos de nível médio, ao passo que no Nordeste o destaque fique com as matrículas em cursos de alfabetização.

Tabela 27 – distribuição dos alunos matriculados em cursos presenciais, com avaliação no processo Brasil e Regiões – 1999

Regiões	Matrícula por nível de ensino/curso				
	Total	Fundamental	Médio	Alfabetização	Cursos profissionalizantes
1995					
Brasil	2.832.345	78,3	12,0	3,4	6,3
Norte	270.328	87,8	7,4	3,2	1,6
Nordeste	572.270	81,1	5,3	8,2	5,4
Sudeste	1.426.322	78,5	12,5	1,9	7,1
Sul	295.453	69,1	24,4	2,0	4,6
Centro-Oeste	267.972	71,4	15,0	3,1	10,6
1999					
Brasil	3.071.906	68,8	21,4	5,3	4,6
Norte	381.079	86,0	9,0	4,3	0,7
Nordeste	651.030	75,7	8,7	11,1	4,5
Sudeste	1.258.704	64,5	29,3	2,0	4,3
Sul	547.912	61,7	22,5	7,3	8,5
Centro-Oeste	233.181	61,1	31,2	3,7	4,0

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

A rede particular só tem tido participação significativa na oferta de vagas em Ensino Supletivo nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, não passando de 3,5% no Norte e 5,4% no Nordeste em 1999. Nesta região, em compensação, as redes municipais chegaram a registrar mais de 40% das matrículas, que no País, como um todo, não passaram de 26,8%.

Tabela 28 – Distribuição dos alunos matriculados em cursos presenciais, com avaliação no processo, por dependência administrativa, por regiões – 1999

Regiões	Dependência administrativa				
	Total	Estadual	Federal	Municipal	Particular
Brasil	3.071.906	60,9	0,1	26,8	12,2
Norte	381.079	68,4	0,2	27,9	3,5
Nordeste	651.030	52,6	0,1	41,8	5,4
Sudeste	1.258.704	56,4	0,0	26,9	16,7
Sul	547.912	73,0	0,0	11,4	15,5
Centro-Oeste	233.181	67,8	0,1	18,7	13,4

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

Por nível de ensino, observa-se que o decréscimo (4,7%) constatado nas matrículas no Ensino Fundamental supletivo, entre 1995 e 1999, foi determinado basicamente pelo desempenho do Sudeste e do Centro-Oeste, dado que nas demais regiões, houve crescimento, em especial na Região Sul (Tabela 29)

O crescimento das matrículas em cursos presenciais de nível médio, por sua vez, ocorreu de forma generalizada, com destaque para a Região Sudeste. Ao contrário do ocorrido entre os cursos de alfabetização onde o Sudeste foi a única região que apresentou um decréscimo, entre 1995 e 1999, no número de matrículas neste tipo de curso.

No período considerado, com exceção da Região Sul, todas as demais regiões reduziram o número de matriculados em cursos profissionalizantes. Esta retração foi maior nas Regiões Centro-Oeste e Sudeste.

Tabela 29 – Distribuição dos alunos matriculados em cursos presenciais, com avaliação no processo Brasil e regiões – 1999

Regiões	Matrícula por nível de ensino/curso				
	Total	Fundamental	Médio	Alfabetização	Cursos profissionalizantes
1999					
Brasil	3.071.906	2.112.214	656.572	161.791	141.329
Norte	381.079	327.749	34.379	16.380	2.571
Nordeste	651.030	492.649	56.858	72.262	29.261
Sudeste	1.258.704	811.431	369.052	24.551	53.670
Sul	547.912	337.824	123.522	40.000	46.566
Centro-Oeste	233.181	142.561	72.761	8.598	9.261
	Crescimento 1995/1999				
Brasil	8,5	-4,7	93,1	66,4	-20,8
Norte	41,0	38,1	71,6	88,1	-39,6
Nordeste	13,8	6,1	87,9	54,1	-5,7
Sudeste	-11,8	-27,5	107,8	-11,3	-47,0
Sul	85,4	65,5	71,5	591,9	244,9
Centro-Oeste	-13,0	-25,5	81,4	4,7	-67,3

Fonte: MEC/Inep/Sec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

A seguir, são destacadas informações que reafirmam importantes diferenças intra-regionais referentes às matrículas realizadas em cursos presenciais com avaliação no processo de alfabetização e de ensino fundamental (no Anexo de tabelas, podem ser encontradas informações sobre os demais cursos/modalidades de ensino).

Cursos presenciais de alfabetização com avaliação no processo

A Região Norte apresentava em 1996 pouco mais de 16 mil matrículas em cursos de alfabetização, o que equivale a 10,1% do total de alunos matriculados em todo o território nacional em cursos de alfabetização. Os Estados do Amazonas e do Pará concentravam sozinhos cerca de 75% do total das matrículas regionais. A maior

parte dos alunos desses Estados freqüentava estabelecimentos de ensino municipais (Tabela 30). É interessante observar que nos demais Estados, com exceção de Rondônia, a maior parte das matrículas, ao contrário do observado nos Estados do Amazonas e do Pará, estava concentrada em estabelecimentos estaduais.

Tabela 30 – Distribuição dos alunos matriculados em cursos presenciais de alfabetização, com avaliação no processo, por dependência administrativa Região Norte – 1999

Região Norte	Dependência administrativa				
	Total	Estadual	Federal	Municipal	Particular
Brasil	161.791	36,4	0,1	49,2	14,3
Norte	16.380	25,3	0,3	72,5	1,9
Rondônia	1.293	69,8	0,0	28,0	2,2
Acre	626	93,6	0,0	6,4	0,0
Amazonas	7.620	7,5	0,0	90,1	2,5
Roraima	233	31,8	0,0	68,2	0,0
Pará	4.632	19,1	0,9	78,7	1,3
Amapá	1.771	63,5	0,0	34,1	2,4
Tocantins	205	0,0	0,0	100,0	0,0

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

A Região Nordeste contava, em 1996, com mais de 72 mil alunos matriculados em cursos de alfabetização, o que correspondia a cerca de 44,7% do total de matrículas neste tipo de curso no País (Tabela 31). Os Estados do Ceará e de Pernambuco, por sua vez, agregavam sozinhos 56% do total das matrículas da região. Pode-se destacar que nestes Estados a matrícula de alunos na rede municipal foi mais expressiva que nos outros Estados. Ressalte-se ainda que a região apresenta uma diversidade muito grande em relação à participação por rede de ensino.

Tabela 31 – Distribuição dos alunos matriculados em cursos presenciais de alfabetização, com avaliação no processo, por dependência administrativa Região Nordeste– 1999

Região Nordeste	Dependência administrativa				
	Total	Estadual	Federal	Municipal	Particular
Brasil	161.791	36,4	0,1	49,2	14,3
Nordeste	72.262	28,1	0,1	67,8	4,0
Maranhão	7.141	38,3	0,0	59,7	2,0
Piauí	1.327	58,3	0,0	41,7	0,0
Ceará	28.314	11,8	0,0	86,6	1,6
Rio Grande do Norte	5.744	16,7	0,9	73,7	8,7
Paraíba	5.250	59,9	0,0	36,4	3,8
Pernambuco	11.960	31,4	0,2	65,2	3,2
Alagoas	8.271	51,9	0,0	42,4	5,8
Sergipe	2.852	47,2	0,0	48,9	3,9
Bahia	1.403	0,0	0,0	56,5	43,5

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

A Região Sudeste possuía cerca de 24 mil alunos matriculados em cursos de alfabetização, o que equivale a pouco mais de 15% do total nacional de matrículas neste tipo de curso (Tabela 32). O Estado de São Paulo detinha cerca de 60% do total das matrículas regionais. Pode-se destacar que nesse Estado, a rede particular era

responsável por 57% das matrículas, nos demais Estados da região, alunos da rede pública eram majoritários.

Tabela 32 – Distribuição dos alunos matriculados em cursos presenciais de alfabetização, com avaliação no processo, por dependência administrativa Região Sudeste – 1999

Região Sudeste	Dependência administrativa				
	Total	Estadual	Federal	Municipal	Particular
Brasil	161.791	36,4	0,1	49,2	14,3
Sudeste	24.551	24,4	0,1	39,2	36,3
Minas Gerais	532	0,0	0,0	82,7	17,3
Espírito Santo	4.725	75,4	0,0	23,9	0,6
Rio de Janeiro	4.629	50,0	0,0	40,5	9,5
São Paulo	14.665	0,7	0,2	42,1	56,9

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Cerca de um quarto do total de alunos matriculados em cursos de alfabetização freqüentava escolas na Região Sul, o que correspondia a 40 mil alunos (Tabela 33). O Estado do Rio Grande do Sul, por sua vez, concentrava sozinho cerca de 83% do total das matrículas nesta região. A participação da rede estadual é majoritária em todos os Estados da Região Sul.

Tabela 33 – Distribuição dos alunos matriculados em cursos presenciais de alfabetização, com avaliação no processo, por dependência administrativa Região Sul – 1999

Região Sul	Dependência administrativa				
	Total	Estadual	Federal	Municipal	Particular
Brasil	161.791	36,4	0,1	49,2	14,3
Sul	40.000	57,8	0,0	15,0	27,2
Paraná	2.977	77,5	0,0	22,5	0,0
Santa Catarina	3.854	79,1	0,0	20,2	0,6
Rio Grande do Sul	33.169	53,6	0,0	13,7	32,7

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

A Região Centro-Oeste apresentava, em 1996, 8.598 alunos matriculados em cursos de alfabetização, o que corresponde a apenas 5,3% do total de matrículas existentes neste tipo de curso no País. O Distrito Federal contabilizava sozinho 58% do total das matrículas dos cursos de alfabetização nesta região. A quase totalidade em cursos desenvolvidos em estabelecimentos estaduais. Deve-se ressaltar que os demais Estados da região apresentam, ao contrário do Distrito Federal, uma supremacia da rede municipal, com destaque para o Estado de Goiás, onde 94% das matrículas eram em estabelecimentos municipais (Tabela 34).

Tabela 34 – Distribuição dos alunos matriculados em cursos presenciais de alfabetização, com avaliação no processo, por dependência administrativa Região Centro-Oeste – 1999

Região Centro-Oeste	Dependência administrativa				
	Total	Estadual	Federal	Municipal	Particular
Brasil	161.791	36,4	0,1	49,2	14,3
Centro-Oeste	8.598	62,2	0,0	35,6	2,1
Mato Grosso do Sul	604	17,1	0,0	64,2	18,7
Mato Grosso	415	37,3	0,0	61,4	1,2
Goiás	2.575	5,2	0,0	94,0	0,8
Distrito Federal	5.004	99,1	0,0	0,0	0,9

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

Cursos presenciais de ensino fundamental com avaliação no processo

A maior parte dos alunos de cursos supletivos de ensino fundamental freqüentava estabelecimentos estaduais (61%); no entanto, existem diferenças regionais e intra-regionais que serão destacadas a seguir.

A Região Norte tinha cerca de 328 mil alunos matriculados em supletivos de ensino fundamental, o que corresponde à cerca de 15% do total de matrículas em todo o território nacional (Tabela 35). O Estado do Pará concentrava sozinho cerca de 57% do total das matrículas da região. Com exceção do Estado de Tocantins, onde a maioria dos alunos freqüentava cursos em estabelecimentos municipais, nos demais Estados era majoritária a presença de alunos em escolas estaduais.

Tabela 35 – Distribuição dos alunos matriculados em cursos presenciais de ensino fundamental, com avaliação no processo, por dependência administrativa Região Norte – 1999

Região Norte	Dependência administrativa				
	Total	Estadual	Federal	Municipal	Particular
Brasil	2.112.214	60,6	0,0	33,0	6,4
Norte	327.749	69,3	0,1	28,7	1,9
Rondônia	34.265	83,2	0,0	11,2	5,5
Acre	20.211	89,6	0,0	10,1	0,3
Amazonas	53.901	60,1	0,1	38,0	1,7
Roraima	3.780	92,6	0,3	7,0	0,0
Pará	186.656	64,3	0,2	34,3	1,2
Amapá	28.180	87,0	0,0	10,3	2,7
Tocantins	756	5,7	0,0	51,7	42,6

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

Cerca de 23% do total de matrículas de supletivo de ensino fundamental estavam concentradas na Região Nordeste. Os Estados de Pernambuco e Ceará, por sua vez, detinham cerca de 45% do total das matrículas da região (Tabela 36). Nesses Estados, a participação das escolas municipais era majoritária, da mesma forma que na Bahia, onde 64,7% dos alunos estavam matriculados em estabelecimentos municipais. Nos demais Estados da região, com exceção do Maranhão, onde a matrícula se distribui de forma mais uniforme entre a rede estadual e municipal, a presença da rede estadual é mais expressiva.

Tabela 36 – Distribuição dos alunos matriculados em cursos presenciais de ensino fundamental, com avaliação no processo, por dependência administrativa Região Nordeste – 1999

Região Nordeste	Dependência administrativa				
	Total	Estadual	Federal	Municipal	Particular
Brasil	2.112.214	60,6	0,0	33,0	6,4
Nordeste	492.649	55,2	0,0	41,5	3,2
Maranhão	62.611	49,8	0,0	46,1	4,1
Piauí	28.187	82,9	0,0	13,7	3,4
Ceará	96.811	44,3	0,0	50,8	5,0
Rio Grande do Norte	67.592	72,1	0,1	26,3	1,6
Paraíba	33.753	76,5	0,0	20,8	2,7
Pernambuco	127.278	45,3	0,1	52,7	1,9
Alagoas	36.295	55,8	0,0	41,7	2,5
Sergipe	34.559	64,3	0,0	35,3	0,4
Bahia	5.563	0,0	0,0	64,7	35,3

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

A Região Sudeste contabilizava mais de 811 mil matrículas neste nível de ensino, o que representa cerca de 39% do total das matrículas nacionais (Tabela 37). O Estado de São Paulo, por sua vez, concentra sozinho 67% das matrículas da região. A participação das redes estadual e municipal mostrou-se bem equilibrada neste Estado. As matrículas na rede estadual eram majoritárias nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Em Minas Gerais, o destaque fica por conta da rede particular, que concentrava cerca de 41% do total das matrículas.

Tabela 37 – Distribuição dos alunos matriculados em cursos presenciais de ensino fundamental, com avaliação no processo, por dependência administrativa Região Sudeste – 1999

Região Sudeste	Dependência administrativa				
	Total	Estadual	Federal	Municipal	Particular
Brasil	2.112.214	60,6	0,0	33,0	6,4
Sudeste	811.431	52,7	0,0	38,5	8,8
Minas Gerais	13.748	10,2	0,7	47,6	41,5
Espírito Santo	57.969	84,3	0,0	14,9	0,7
Rio de Janeiro	193.146	72,9	0,0	14,2	12,9
São Paulo	546.568	43,3	0,0	49,3	7,4

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

A maior parte das matrículas em todos os Estados da Região Sul era efetuada em estabelecimentos estaduais, com destaque para o Paraná, onde a participação desta rede era superior a 89%. Ressalte-se que esse Estado, sozinho, concentrava cerca de 54% do total das matrículas da região (Tabela 38).

**Tabela 38 – Distribuição dos alunos matriculados em cursos presenciais de ensino fundamental, com avaliação no processo, por dependência administrativa
Região Sul – 1999**

Região Sul	Dependência administrativa				
	Total	Estadual	Federal	Municipal	Particular
Brasil	2.112.214	60,6	0,0	33,0	6,4
Sul	337.824	75,9	0,0	13,9	10,3
Paraná	183.187	89,2	0,0	9,8	1,0
Santa Catarina	86.001	67,4	0,0	25,4	7,1
Rio Grande do Sul	68.636	50,8	0,0	10,3	38,9

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

A Região Centro-Oeste agregava cerca de 7% do total das matrículas em cursos supletivos de ensino fundamental, sendo o Distrito Federal a unidade federada com maior participação na região (Tabela 39). Cerca de 42% do total das matrículas eram de estudantes desta área. Destaque pode ser dado ao fato de cerca de 97% do total de matrículas pertencer à rede pública no Distrito Federal.

**Tabela 39 – distribuição dos alunos matriculados em cursos presenciais de ensino fundamental, com avaliação no processo, por dependência administrativa
Região Centro-Oeste – 1999**

Região Centro-Oeste	Dependência administrativa				
	Total	Estadual	Federal	Municipal	Particular
Brasil	2.112.214	60,6	0,0	33,0	6,4
Centro-Oeste	142.561	68,3	0,0	27,5	4,2
Mato Grosso do Sul	31.500	63,0	0,0	29,6	7,4
Mato Grosso	16.997	65,5	0,0	32,1	2,3
Goiás	34.001	24,3	0,2	72,0	3,5
Distrito Federal	60.063	96,7	0,0	0,0	3,3

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

Considerações finais

Embora ao longo da década tenham sido realizados avanços indiscutíveis, com ampliação das oportunidades para a população jovem e adulta, a erradicação do analfabetismo, mesmo entre as parcelas da população mais jovem, mostra-se uma tarefa complexa que exigirá a articulação de esforços, tanto governamentais como não-governamentais para grupos mais vulneráveis, como aqueles localizados nas áreas rurais e nas periferias urbanas.

Os avanços obtidos no campo da alfabetização indicam que a meta de redução dos índices de analfabetismo, a metade daqueles vigentes em 1990, só deve ser alcançada nos grupos etários mais jovens, devido basicamente à melhoria das condições de acesso das novas gerações ao ensino fundamental. No entanto, mesmo nestas faixas etárias, o analfabetismo funcional apresenta-se como um fenômeno de grandes proporções.

Outro aspecto a ser salientado refere-se às desigualdades regionais no acesso à educação. No entanto, deve-se ressaltar que os dados analisados referem-se, em sua maioria, à situação encontrada em 1996, não captando, portanto, os impactos de programas específicos como o Projeto Nordeste, Bolsa-Escola e das Classes de Aceleração de Aprendizagem, bem como dos diversos projetos desenvolvidos pelo Comunidade Solidária.

A exemplo do que acontece em outros países, as ONGs têm se tornado, no Brasil, um fator extremamente atuante na área educacional, incluindo sindicatos, associações laicas e religiosas, instituições comunitárias e filantrópicas. Suas ações tendem a se concentrar em áreas nas quais sua contribuição é de inestimável valor, pois podem agir com mais flexibilidade junto a populações específicas, que exigem projetos pedagógicos não-convencionais.

Recentemente, as empresas privadas começaram, de forma mais efetiva, a patrocinar iniciativas importantes, com o objetivo de melhorar a qualificação escolar de seus empregados, e a atuar, com mais frequência, em parceria com as próprias escolas da rede pública.

A superação deste desafio dependerá da capacidade de articulação dos três níveis de governo, da ampliação de parcerias com a sociedade organizada, com o sistema produtivo e da mobilização de diferentes segmentos sociais.

O consenso quanto ao papel fundamental da educação e à necessidade de distribuir equitativamente os conhecimentos e o domínio dos códigos, pelos quais circula a informação necessária à participação cidadã, fundamenta a prioridade a ser dada em estratégias que eliminem este déficit social.

Anexo

Tabela 1 – População de 15 a 19 anos que freqüentava escola por nível de ensino, segundo a modalidade –1996

Unidade da Federação e modalidade	Nível de ensino				
	Total	Alfabetização	Fundamental		Médio ou superior
			1ª a 4ª	5ª a 8ª	
Norte					
Rondônia					
Total	59.086	144	5.876	32.105	20.961
Regular	57.149	-	5.581	30.892	20.676
Supletivo	1.937	144	295	1.213	285
Acre					
Total	30.593	138	6.488	15.227	8.740
Regular	29.697	-	6.126	14.881	8.690
Supletivo	896	138	362	346	50
Amazonas					
Total	161.154	979	31.119	86.247	42.809
Regular	159.375	-	30.611	85.996	42.768
Supletivo	1.779	979	508	251	41
Roraima					
Total	16.288	21	2.051	8.537	5.679
Regular	15.473	-	1.673	8.141	5.659
Supletivo	815	21	378	396	20
Pará					
Total	350.241	438	85.623	173.137	91.043
Regular	328.990	-	78.079	160.229	90.682
Supletivo	21.251	438	7.544	12.908	361
Amapá					
Total	28.361	62	3.442	15.253	9.604
Regular	25.988	-	2.713	13.710	9.565
Supletivo	2.373	62	729	1.543	39
Tocantins					
Total	74.843	89	15.744	39.213	19.797
Regular	74.219	-	15.674	38.815	19.730
Supletivo	624	89	70	398	67

Fonte: Cálculos efetuados pelo Inep/Sec a partir da *Contagem Populacional* do IBGE de 1996.

Nota: Não inclui as pessoas sem declaração, as pessoas que freqüentam Supletivo não-seriado e as pessoas que freqüentam curso de pré-vestibular.

Tabela 2 – População de 20 a 24 anos que freqüentava escola por nível de ensino, segundo a modalidade – 1996

Unidade da Federação e modalidade	Nível de ensino				
	Total	Alfabetização	Fundamental		Médio ou superior
			1ª a 4ª	5ª a 8ª	
Norte					
Rondônia					
Total	15.405	115	1.061	5.161	9.068
Regular	13.757	-	881	4.275	8.601
Supletivo	1.648	115	180	886	467
Acre					
Total	8.719	110	1.261	2.244	5.104
Regular	7.898	-	1.030	1.946	4.922
Supletivo	821	110	231	298	182
Amazonas					
Total	50.751	449	5.557	17.593	27.152
Regular	49.651	-	5.350	17.238	27.063
Supletivo	1.100	449	207	355	89
Roraima					
Total	5.279	10	446	1.237	3.586
Regular	4.806	-	259	1.013	3.534
Supletivo	473	10	187	224	52
Pará					
Total	101.013	229	11.190	27.001	62.593
Regular	92.085	-	8.686	21.425	61.974
Supletivo	8.928	229	2.504	5.576	619
Amapá					
Total	9.195	43	687	2.478	5.987
Regular	7.949	-	392	1.653	5.904
Supletivo	1.246	43	295	825	83
Tocantins					
Total	22.716	77	2.383	7.770	12.486
Regular	22.300	-	2.338	7.538	12.424
Supletivo	416	77	45	232	62

Fonte: Cálculos efetuados pelo Inep/Sec a partir da *Contagem Populacional* do IBGE de 1996.

Nota: Não inclui as pessoas sem declaração, as pessoas que freqüentam Supletivo não-seriado e as pessoas que freqüentam curso de pré-vestibular.

Tabela 3 – População de 15 a 19 anos que freqüentava escola por nível de ensino, segundo a modalidade – 1996

Unidade da Federação e modalidade	Nível de ensino				
	Total	Alfabetização	Fundamental		Médio ou superior
			1ª a 4ª	5ª a 8ª	
Nordeste					
Maranhão					
Total	329.763	862	93.576	157.609	77.716
Regular	326.302	-	92.625	156.122	77.555
Supletivo	3.461	862	951	1.487	161
Piauí					
Total	166.046	435	52.835	75.940	36.836
Regular	160.427	-	50.725	73.093	36.609
Supletivo	5.619	435	2.110	2.847	227
Ceará					
Total	404.398	1.397	99.648	194.860	108.493
Regular	401.691	-	99.040	194.343	108.308
Supletivo	2.707	1.397	608	517	185
Rio Grande do Norte					
Total	156.100	567	26.889	80.444	48.200
Regular	153.112	-	25.642	79.397	48.073
Supletivo	2.988	567	1.247	1.047	127
Paraíba					
Total	194.892	1.111	54.559	89.569	49.653
Regular	193.258	-	54.332	89.350	49.576
Supletivo	1.634	1.111	227	219	77
Pernambuco					
Total	460.671	1.971	87.501	232.264	138.935
Regular	456.502	-	86.598	231.133	138.771
Supletivo	4.169	1.971	903	1.131	164
Alagoas					
Total	145.307	1.113	40.234	71.002	32.958
Regular	143.764	-	40.010	70.832	32.922
Supletivo	1.543	1.113	224	170	36
Sergipe					
Total	105.508	203	26.504	54.163	24.638
Regular	104.681	-	26.313	53.808	24.560
Supletivo	827	203	191	355	78
Bahia					
Total	858.440	3.254	242.084	420.376	192.726
Regular	851.020	-	241.130	417.502	192.388
Supletivo	7.420	3.254	954	2.874	338

Fonte: Cálculos efetuados pelo Inep/Sec a partir da *Contagem Populacional* do IBGE de 1996.

Nota: Não inclui as pessoas sem declaração, as pessoas que freqüentam Supletivo não-seriado e as pessoas que freqüentam curso de pré-vestibular.

Tabela 4 – População de 20 a 24 anos que freqüentava escola por nível de ensino, segundo a modalidade – 1996

Unidade da Federação e modalidade	Nível de ensino				
	Total	Alfabetização	Fundamental		Médio ou superior
			1ª a 4ª	5ª a 8ª	
Nordeste					
Maranhão					
Total	70.505	322	10.573	22.403	37.207
Regular	68.790	-	10.324	21.443	37.023
Supletivo	1.715	322	249	960	184
Piauí					
Total	40.255	220	5.744	11.900	22.391
Regular	37.898	-	5.192	10.604	22.102
Supletivo	2.357	220	552	1.296	289
Ceará					
Total	93.021	718	12.365	28.123	51.815
Regular	91.328	-	12.121	27.706	51.501
Supletivo	1.693	718	244	417	314
Rio Grande do Norte					
Total	42.174	327	3.954	12.141	25.752
Regular	40.210	-	3.310	11.380	25.520
Supletivo	1.964	327	644	761	232
Paraíba					
Total	54.366	426	7.688	15.311	30.941
Regular	53.465	-	7.565	15.134	30.766
Supletivo	901	426	123	177	175
Pernambuco					
Total	142.941	1.347	14.531	43.355	83.708
Regular	139.757	-	14.042	42.409	83.306
Supletivo	3.184	1.347	489	946	402
Alagoas					
Total	37.594	400	5.086	12.017	20.091
Regular	36.840	-	4.975	11.831	20.034
Supletivo	754	400	111	186	57
Sergipe					
Total	30.749	124	4.018	9.464	17.143
Regular	30.076	-	3.872	9.213	16.991
Supletivo	673	124	146	251	152
Bahia					
Total	224.412	1.655	35.107	74.874	112.776
Regular	219.633	-	34.616	72.822	112.195
Supletivo	4.779	1.655	491	2.052	581

Fonte: Cálculos efetuados pelo Inep/Sec a partir da *Contagem Populacional* do IBGE de 1996.

Nota: Não inclui as pessoas sem declaração, as pessoas que freqüentam Supletivo não-seriado e as pessoas que freqüentam curso de pré-vestibular.

Tabela 5 – População de 15 a 19 anos que freqüentava escola por nível de ensino, segundo a modalidade – 1996

Unidade da Federação e modalidade	Nível de ensino				
	Total	Alfabetização	Fundamental		Médio ou superior
			1ª a 4ª	5ª a 8ª	
Sudeste					
Minas Gerais					
Total	962.693	1.736	83.355	493.668	383.934
Regular	957.154	-	82.549	491.417	383.188
Supletivo	5.539	1.736	806	2.251	746
Espírito Santo					
Total	161.895	446	11.225	68.970	81.254
Regular	159.431	-	10.749	67.541	81.141
Supletivo	2.464	446	476	1.429	113
Rio de Janeiro					
Total	743.840	654	49.622	336.084	357.480
Regular	731.110	-	47.218	329.239	354.653
Supletivo	12.730	654	2.404	6.845	2.827
São Paulo					
Total	2.019.191	2.544	95.929	742.152	1.178.566
Regular	1.990.596	-	87.652	726.323	1.176.621
Supletivo	28.595	2.544	8.277	15.829	1.945

Fonte: Cálculos efetuados pelo Inep/Seec a partir da *Contagem Populacional* do IBGE de 1996.

Nota: Não inclui as pessoas sem declaração, as pessoas que freqüentam Supletivo não-seriado e as pessoas que freqüentam curso de pré-vestibular.

Tabela 6 – População de 20 a 24 anos que freqüentava escola por nível de ensino, segundo a modalidade – 1996

Unidade da Federação e modalidade	Nível de ensino				
	Total	Alfabetização	Fundamental		Médio ou superior
			1ª a 4ª	5ª a 8ª	
Sudeste					
Minas Gerais					
Total	262.757	1.176	13.298	67.702	180.581
Regular	257.120	-	12.703	65.325	179.092
Supletivo	5.637	1.176	595	2.377	1.489
Espírito Santo					
Total	41.653	332	2.343	9.824	29.154
Regular	39.796	-	2.075	8.769	28.952
Supletivo	1.857	332	268	1.055	202
Rio de Janeiro					
Total	221.676	511	9.087	35.771	176.307
Regular	212.194	-	7.703	31.452	173.039
Supletivo	9.482	511	1.384	4.319	3.268
São Paulo					
Total	623.982	2.558	21.349	101.933	498.142
Regular	590.554	-	15.557	82.751	492.246
Supletivo	33.428	2.558	5.792	19.182	5.896

Fonte: Cálculos efetuados pelo Inep/Seec a partir da *Contagem Populacional* do IBGE de 1996.

Nota: Não inclui as pessoas sem declaração, as pessoas que freqüentam Supletivo não-seriado e as pessoas que freqüentam curso de pré-vestibular.

Tabela 7 – População de 15 a 19 anos que freqüentava escola por nível de ensino, segundo a modalidade – 1996

Unidade da Federação e modalidade	Nível de ensino				
	Total	Alfabetização	Fundamental		Médio ou superior
			1ª a 4ª	5ª a 8ª	
Sul					
Paraná					
Total	473.681	1.070	21.551	185.031	266.029
Regular	463.482	-	19.754	179.253	264.475
Supletivo	10.199	1.070	1.797	5.778	1.554
Santa Catarina					
Total	231.755	348	8.776	81.228	141.403
Regular	226.949	-	8.125	78.545	140.279
Supletivo	4.806	348	651	2.683	1.124
Rio Grande do Sul					
Total	462.141	407	17.162	170.304	274.268
Regular	454.850	-	16.340	166.406	272.104
Supletivo	7.291	407	822	3.898	2.164

Fonte: Cálculos efetuados pelo Inep/Seec a partir da *Contagem Populacional* do IBGE de 1996.

Nota: Não inclui as pessoas sem declaração, as pessoas que freqüentam Supletivo não-seriado e as pessoas que freqüentam curso de pré-vestibular.

Tabela 8 – População de 20 a 24 anos que freqüentava escola por nível de ensino, segundo a modalidade – 1996

Unidade da Federação e modalidade	Nível de ensino				Médio ou superior
	Total	Alfabetização	Fundamental		
			1ª a 4ª	5ª a 8ª	
Sul					
Paraná					
Total	139.592	842	4.374	25.578	108.798
Regular	130.729	-	3.253	21.171	106.305
Supletivo	8.863	842	1.121	4.407	2.493
Santa Catarina					
Total	60.296	292	1.499	7.773	50.732
Regular	55.956	-	1.090	5.724	49.142
Supletivo	4.340	292	409	2.049	1.590
Rio Grande do Sul					
Total	132.653	275	2.663	16.548	113.167
Regular	125.778	-	2.142	13.458	110.178
Supletivo	6.875	275	521	3.090	2.989

Fonte: Cálculos efetuados pelo Inep/Sec a partir da *Contagem Populacional* do IBGE de 1996.

Nota: Não inclui as pessoas sem declaração, as pessoas que freqüentam Supletivo não-seriado e as pessoas que freqüentam curso de pré-vestibular.

Tabela 9 – População de 15 a 19 anos que freqüentava escola por nível de ensino, segundo a modalidade – 1996

Unidade da Federação e modalidade	Nível de ensino				Médio ou superior
	Total	Alfabetização	Fundamental		
			1ª a 4ª	5ª a 8ª	
Centro-Oeste					
Mato Grosso do Sul					
Total	106.346	224	8.005	48.879	49.238
Regular	105.359	-	7.683	48.554	49.122
Supletivo	987	224	322	325	116
Mato Grosso					
Total	127.159	197	11.482	66.797	48.683
Regular	124.252	-	10.747	65.364	48.141
Supletivo	2.907	197	735	1.433	542
Goiás					
Total	276.708	240	27.894	141.560	107.014
Regular	275.399	-	27.672	140.970	106.757
Supletivo	1.309	240	222	590	257
Distrito Federal					
Total	144.377	210	9.042	65.491	69.634
Regular	138.762	-	7.784	62.233	68.745
Supletivo	5.615	210	1.258	3.258	889

Fonte: Cálculos efetuados pelo Inep/Sec a partir da *Contagem Populacional* do IBGE de 1996.

Nota: Não inclui as pessoas sem declaração, as pessoas que freqüentam Supletivo não-seriado e as pessoas que freqüentam curso de pré-vestibular.

Tabela 10 – População de 20 a 24 anos que freqüentava escola por nível de ensino, segundo a modalidade – 1996

Unidade da Federação e modalidade	Nível de ensino				
	Total	Alfabetização	Fundamental		Médio ou superior
			1ª a 4ª	5ª a 8ª	
Centro-Oeste					
Mato Grosso do Sul					
Total	30.696	163	1.358	6.768	22.407
Regular	29.893	-	1.189	6.475	22.229
Supletivo	803	163	169	293	178
Mato Grosso					
Total	37.452	114	1.937	10.682	24.719
Regular	34.862	-	1.572	9.450	23.840
Supletivo	2.590	114	365	1.232	879
Goiás					
Total	78.715	188	4.094	20.814	53.619
Regular	77.472	-	3.933	20.353	53.186
Supletivo	1.243	188	161	461	433
Distrito Federal					
Total	50.974	225	2.470	10.496	37.783
Regular	45.112	-	1.562	7.536	36.014
Supletivo	5.862	225	908	2.960	1.769

Fonte: Cálculos efetuados pelo Inep/Secec a partir da *Contagem Populacional* do IBGE de 1996.

Nota: Não inclui as pessoas sem declaração, as pessoas que freqüentam Supletivo não-seriado e as pessoas que freqüentam curso de pré-vestibular.

Tabela 11 – Distribuição dos alunos matriculados em cursos presenciais, com avaliação no processo, por dependência administrativa Região Norte – 1999

Região Norte	Dependência administrativa				
	Total	Estadual	Federal	Municipal	Particular
Brasil	3.071.906	60,9	0,1	26,8	12,2
Norte	381.079	68,4	0,2	27,9	3,5
Rondônia	49.299	83,8	0,0	9,0	7,2
Acre	25.004	90,8	0,0	8,3	0,9
Amazonas	67.768	57,2	0,1	40,4	2,3
Roraima	6.812	86,9	0,6	6,2	6,3
Pará	194.581	62,8	0,4	34,8	2,0
Amapá	34.599	85,3	0,0	10,1	4,6
Tocantins	3.016	15,9	0,0	21,0	63,0

Fonte: MEC/Inep/Secec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

Tabela 12 – Distribuição dos alunos matriculados em cursos presenciais de Ensino Médio, com avaliação no processo, por dependência administrativa Região Norte – 1999

Região Norte	Dependência administrativa				
	Total	Estadual	Federal	Municipal	Particular
Brasil	656.572	73,0	0,1	4,0	22,9
Norte	34.379	80,7	1,2	1,0	17,1
Rondônia	12.045	85,6	0,0	1,5	12,9
Acre	4.167	96,3	0,0	0,0	3,7
Amazonas	6.180	93,7	0,6	0,0	5,7
Roraima	2.370	98,9	1,1	0,0	0,0
Pará	3.062	35,2	11,4	4,5	49,0
Amapá	4.625	83,4	0,0	0,0	16,6
Tocantins	1.930	17,8	0,0	2,0	80,3

Fonte: MEC/Inep/Sec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

Tabela 13 – Distribuição dos alunos matriculados em cursos profissionalizantes presenciais, com avaliação no processo, por dependência administrativa Região Norte – 1999

Região Norte	Dependência administrativa				
	Total	Estadual	Federal	Municipal	Particular
Brasil	141.329	37,2	0,4	14,8	47,5
Norte	2.571	69,0	3,5	2,3	25,2
Rondônia	1.696	93,0	0,0	3,5	3,5
Acre	0	-	-	-	-
Amazonas	67	0,0	0,0	0,0	100,0
Roraima	429	0,0	0,0	0,0	100,0
Pará	231	44,2	39,0	0,0	16,9
Amapá	23	0,0	0,0	0,0	100,0
Tocantins	125	76,0	0,0	0,0	24,0

Fonte: MEC/Inep/Sec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

**Tabela 14 – Distribuição dos alunos matriculados em cursos presenciais, com avaliação no processo, por dependência administrativa
Região Nordeste – 1999**

Região Nordeste	Dependência administrativa				
	Total	Estadual	Federal	Municipal	Particular
Brasil	3.071.906	60,9	0,1	26,8	12,2
Nordeste	651.030	52,6	0,1	41,8	5,4
Maranhão	73.743	47,8	0,3	45,3	6,6
Piauí	33.869	79,5	0,0	13,7	6,8
Ceará	158.328	40,1	0,0	52,5	7,3
Rio Grande do Norte	79.990	69,3	0,1	27,6	3,0
Paraíba	61.152	71,0	0,0	27,1	1,9
Pernambuco	145.579	44,4	0,1	51,9	3,6
Alagoas	46.697	55,2	0,0	39,9	4,9
Sergipe	41.955	66,2	0,0	33,1	0,7
Bahia	9.717	0,0	0,0	45,7	54,3

Fonte: MEC/Inep/Sec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

**Tabela 15 – Distribuição dos alunos matriculados em cursos presenciais de Ensino Médio, com avaliação no processo, por dependência administrativa
Região Nordeste – 1999**

Região Nordeste	Dependência administrativa				
	Total	Estadual	Federal	Municipal	Particular
Brasil	656.572	73,0	0,1	4,0	22,9
Nordeste	56.858	66,0	0,2	11,1	22,7
Maranhão	2.598	31,5	5,0	0,0	63,5
Piauí	3.241	65,5	0,0	1,6	32,9
Ceará	26.431	61,1	0,0	20,1	18,9
Rio Grande do Norte	6.535	86,7	0,0	1,0	12,3
Paraíba	4.992	98,1	0,0	1,0	0,9
Pernambuco	5.253	61,1	0,0	10,2	28,7
Alagoas	1.767	69,4	0,0	0,0	30,6
Sergipe	3.794	91,5	0,0	7,4	1,1
Bahia	2.247	0,0	0,0	0,0	100,0

Fonte: MEC/Inep/Sec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

**Tabela 16 – Distribuição dos alunos matriculados em cursos profissionalizantes presenciais, com avaliação no processo, por dependência administrativa
Região Nordeste – 1999**

Região Nordeste	Dependência administrativa				
	Total	Estadual	Federal	Municipal	Particular
Brasil	141.329	37,2	0,4	14,8	47,5
Nordeste	29.261	43,4	0,5	42,7	13,4
Maranhão	1.393	34,9	9,0	19,1	37,0
Piauí	1.114	56,8	0,0	17,6	25,6
Ceará	6.772	18,1	0,0	61,7	20,2
Rio Grande do Norte	119	89,9	0,0	0,0	10,1
Paraíba	17.157	55,6	0,0	44,4	0,0
Pernambuco	1.088	0,0	0,0	16,7	83,3
Alagoas	364	0,0	0,0	0,0	100,0
Sergipe	750	94,9	1,9	3,2	0,0
Bahia	504	0,0	0,0	8,9	91,1

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

**Tabela 17 – Distribuição dos alunos matriculados em cursos presenciais, com avaliação no processo, por dependência administrativa
Região Sudeste – 1999**

Região Sudeste	Dependência administrativa				
	Total	Estadual	Federal	Municipal	Particular
Brasil	3.071.906	60,9	0,1	26,8	12,2
Sudeste	1.258.704	56,4	0,0	26,9	16,7
Minas Gerais	48.821	12,5	0,4	20,0	67,1
Espírito Santo	83.888	82,0	0,0	11,6	6,3
Rio de Janeiro	256.757	69,9	0,0	11,7	18,4
São Paulo	869.238	52,4	0,0	33,3	14,3

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

**Tabela 18 – Distribuição dos alunos matriculados em cursos presenciais de Ensino Médio, com avaliação no processo, por dependência administrativa
Região Sudeste – 1999**

Região Sudeste	Dependência administrativa				
	Total	Estadual	Federal	Municipal	Particular
Brasil	656.572	73,0	0,1	4,0	22,9
Sudeste	369.052	71,2	0,0	3,9	24,9
Minas Gerais	20.946	14,8	0,0	12,5	72,7
Espírito Santo	16.921	95,0	0,0	0,0	5,0
Rio de Janeiro	50.887	64,4	0,0	1,3	34,3
São Paulo	280.298	75,2	0,0	4,0	20,8

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

**Tabela 19 – Distribuição dos alunos matriculados em cursos profissionalizantes presenciais, com avaliação no processo, por dependência administrativa
Região Sudeste – 1999**

Região Sudeste	Dependência administrativa				
	Total	Estadual	Federal	Municipal	Particular
Brasil	141.329	37,2	0,4	14,8	47,5
Sudeste	53.670	25,1	0,4	4,6	69,9
Minas Gerais	13.595	11,9	0,7	1,0	86,4
Espírito Santo	4.273	6,1	0,0	0,0	93,9
Rio de Janeiro	8.095	44,3	0,0	1,4	54,2
São Paulo	27.707	28,9	0,4	7,9	62,8

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

**Tabela 20 – Distribuição dos alunos matriculados em cursos presenciais, com avaliação no processo, por dependência administrativa
Região Sul – 1999**

Região Sul	Dependência administrativa				
	Total	Estadual	Federal	Municipal	Particular
Brasil	3.071.906	60,9	0,1	26,8	12,2
Sul	547.912	73,0	0,0	11,4	15,5
Paraná	265.521	88,6	0,0	7,0	4,3
Santa Catarina	128.147	67,1	0,0	17,9	15,0
Rio Grande do Sul	154.244	51,0	0,0	13,6	35,3

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

**Tabela 21 – Distribuição dos alunos matriculados em cursos presenciais de Ensino Médio, com avaliação no processo, por dependência administrativa
Região Sul – 1999**

Região Sul	Dependência administrativa				
	Total	Estadual	Federal	Municipal	Particular
Brasil	656.572	73,0	0,1	4,0	22,9
Sul	123.522	79,8	0,0	3,1	17,0
Paraná	75.674	90,4	0,0	0,0	9,6
Santa Catarina	35.839	67,4	0,0	0,7	31,9
Rio Grande do Sul	12.009	50,6	0,0	30,1	19,3

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

Tabela 22 – Distribuição dos alunos matriculados em cursos profissionalizantes presenciais, com avaliação no processo, por dependência administrativa Região Sul – 1999

Região Sul	Dependência administrativa				
	Total	Estadual	Federal	Municipal	Particular
Brasil	141.329	37,2	0,4	14,8	47,5
Sul	46.566	47,4	0,0	12,6	39,9
Paraná	3.683	34,6	0,0	2,6	62,7
Santa Catarina	2.453	32,3	0,0	0,0	67,7
Rio Grande do Sul	40.430	49,5	0,0	14,3	36,2

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

Tabela 23 – Distribuição dos alunos matriculados em cursos presenciais, com avaliação no processo, por dependência administrativa Região Centro-Oeste – 1999

Região Centro-Oeste	Dependência administrativa				
	Total	Estadual	Federal	Municipal	Particular
Brasil	3.071.906	60,9	0,1	26,8	12,2
Centro-Oeste	233.181	67,8	0,1	18,7	13,4
Mato Grosso do Sul	43.384	57,3	0,0	22,8	19,9
Mato Grosso	44.988	81,7	0,0	12,9	5,4
Goiás	48.961	27,5	0,5	57,0	15,0
Distrito Federal	95.848	86,6	0,0	0,0	13,4

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

Tabela 24 – Distribuição dos alunos matriculados em cursos presenciais de Ensino Médio, com avaliação no processo, por dependência administrativa Região Centro-Oeste – 1999

Região Centro-Oeste	Dependência administrativa				
	Total	Estadual	Federal	Municipal	Particular
Brasil	656.572	73,0	0,1	4,0	22,9
Centro-Oeste	72.761	72,5	0,0	1,7	25,8
Mato Grosso do Sul	10.033	44,3	0,0	1,9	53,8
Mato Grosso	27.013	92,8	0,0	0,3	6,9
Goiás	11.771	41,6	0,0	8,0	50,3
Distrito Federal	23.944	76,7	0,0	0,0	23,3

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

**Tabela 25 – Distribuição dos alunos matriculados em cursos profissionalizantes presenciais, com avaliação no processo, por dependência administrativa
Região Centro-Oeste – 1999**

Região Centro-Oeste	Dependência administrativa				
	Total	Estadual	Federal	Municipal	Particular
Brasil	141.329	37,2	0,4	14,8	47,5
Centro-Oeste	9.261	27,8	1,8	0,7	69,7
Mato Grosso do Sul	1.247	37,0	0,0	0,0	63,0
Mato Grosso	563	66,4	0,0	0,0	33,6
Goiás	614	29,5	26,7	11,2	32,6
Distrito Federal	6.837	22,8	0,0	0,0	77,2

Fonte: MEC/Inep/Sec.

Nota: 1999 – Dados preliminares.

